

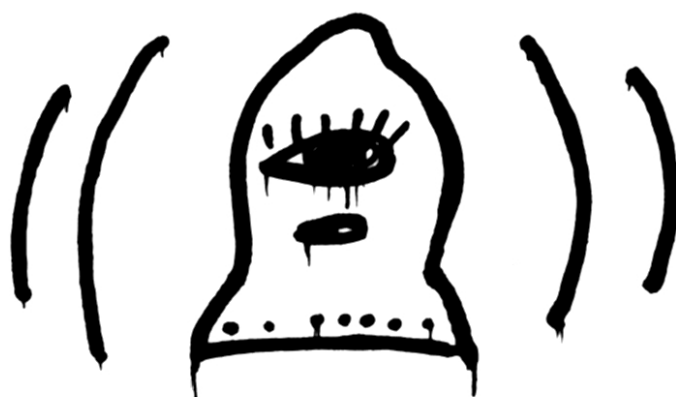


um chamado à guerra nômade

Facção Fictícia



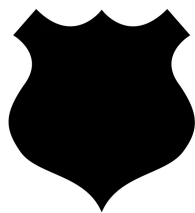
**“Existe uma linha que,
uma vez ultrapassada,
nos leva a um ponto sem
retorno...”**



BALAKLAVA

3ª edição

Aviso aos cães:



Esta é uma publicação independente que organiza textos públicos livremente compartilhados em outras publicações e na internet com o simples propósito de debater e encorajar uma análise crítica de seu conteúdo. Nenhuma de nós endossa ou estimula qualquer ato de vandalismo, violência contra agentes do Estado, propagação do pânico, ou organizações clandestinas, rebeldes, sediciosas, subversivas, terroristas, criminosas, insurrecionárias ou qualquer outra ação pautada na ilegalidade. Nos enquadramos nessa sociedade, inegavelmente, como parte de uma classe média que se beneficia das desigualdades e injustiças do Capitalismo, logo, não temos motivos para incentivar o questionamento e o conflito com um sistema que nos garante privilégios tão especiais. É sério.

∇
Introdução:

NADA MUDOU MAS TUDO ESTÁ DIFERENTE

in.sur.gir

(*lat insurgere*) *vtd* e *vpr* **1** Amotinar(-se), revoltar(-se), sublevar(-se). **2** Opor-se, reagir. **3** Emergir, surgir.

Aparecer, vir à tona, emergir (surgir) de dentro (in)

Outros corpos e novas potências

“Não sabemos nada de um corpo enquanto não sabemos o que pode ele, isto é, quais são os seus afectos, como eles podem ou não compor-se com outros afectos, com os afectos de um outro corpo, seja para destruí-lo ou ser destruído por ele, seja para trocar com esse corpo ações e paixões, seja para compor com ele um corpo mais potente.”

Deleuze & Guattari,
Mil Platôs

Um espectro ronda o Brasil – o *espectro da anarquia*. Como uma doença que espreita um organismo sadio, ela espera uma baixa na sua imunidade e ataca. Os corpos que diariamente são jogados uns contra os outros, engolidos e cuspidos pelas máquinas do trabalho, do mercado, do Estado e sua polícia, encontram nas ruas tomadas a brecha para se unir como cúmplices e responder a violência inerente ao cotidiano das cidades e preciosa para a manutenção da sociedade. Esses corpos experimentaram novas formas de estar juntos, multiplicando sua potência, compondo multidões e ocupando o espaço. Não iniciaram um combate, apenas ousaram deixar claro que a violência e a agressão existem, mas correm invisibilizadas. Esses corpos desafiaram o monopólio da força destrutiva estatal e afirmaram que uma vez que o conflito está entranhado por todos os âmbitos de nossas vidas, é necessário que não fique sem respostas.



O país já era uma panela em fogo alto muito antes dos levantes de 2013 desafiarem a ordem anunciada pelo Império, esse corpo vigoroso e onipresente, que rearticula suas redes de poder e cooperação global entre Estados dominantes. Junto a eles, auto-proclamados guardiões de um cadáver chamado *Democracia*, corporações capitalistas transnacionais, organismos financeiros supranacionais que nada

tem de democráticos, organizam com suas próprias hierarquias internas, uns mais poderosos, outros menos. Seu domínio se mantém e se propaga por **um estado de guerra permanente**. E recentemente fica explícita uma grande ofensiva contra os povos e as classes desprivilegiadas do país. Remoções e desalojos que já atingem 250 mil pessoas apenas para a Copa do Mundo. Incêndios e “pacificação” nas favelas, chacinas nas periferias, paralisação da reforma agrária e aumento da violência no campo, mega empreendimentos de infra-estrutura como Belo Monte em Altamira e o avanço sobre as terras e os direitos indígenas em todo território nacional. Complexos viários e estádios nas cidades sedes da Copa e das Olimpíadas, assim como toda a ambição em se candidatar aos maiores mega-eventos do planeta. O estabelecimento de leis e tribunais de exceção que criminalizam a oposição política e protegem os negócios corporativos. Destruir, reconstruir, deslocar, remanejar, privatizar, manter precário, gentrificar e reprimir a contestação e a resistência. Fica cada vez mais claro a conexão de tudo isso em um grande projeto nacional de remodelação do espaço e do mercado para se projetar como potência rumo à nova face do capitalismo no século 21, enquanto economia emergente e de herança colonial.

Em 2013 a **pressão escapou fazendo com que uma avalanche varresse as ruas**: a luta contra o aumento da passagem e a contestação dos custos financeiros e sociais dos mega-eventos, representados no momento pela Copa das Confederações, levou 3 milhões de pessoas às ruas e em mais de 140 cidades no seu dia de zênite. As organizações sociais formais ficaram de fora das articulações em praticamente todas as cidades. Nenhuma greve foi chamada até o fim de junho.

Ideias e táticas radicais de ação direta como bloqueios, resistência e enfrentamento nas ruas ganharam adesão e foram apropriados por inúmeros grupelhos e turbas de descontentes em geral com disposição para reagir e expor à violência cotidiana de uma sociedade submetida ao lucro de poucos e ao sacrifício de muitos. A revolta popular se molecularizou, atravessou os meses e rompeu o novo ano: janeiro de 2014 teve em média um ônibus queimado por dia na capital paulista, contra violência policial direcionada à população preta, pobre e periférica e em resposta aos desalojos. De estudantes ou professores em greve a indígenas a comunidades enfrentando despejos; em protestos contra a Copa das Confederações em várias cidades do país ou em atos contra a experimentação animal; dos protestos que sabotaram pela primeira vez o dia da independência em diversas cidades aos protestos contra o monopólio da mídia que fez a Rede Globo assumir seu papel de apoio ao golpe militar de 1964: **Black Blocs**, uma estratégia de ação radical e de tradição anárquica, mal vista e repreendida tanto pela mídia corporativa quanto pela elite da esquerda intelectual, foi incorporada às mais diversas causas e formas de protesto, convergindo, apoiando e inspirando tanto na periferia quanto no centro, agora faz parte do imaginário e da história da população. A radicalidade e a intensidade com as quais essas formas de ação foram absorvidas e rapidamente difundidas surpreendeu não só direitistas reacionários e esquerdistas caducos, mas também anarquistas e radicais já familiarizadxs com a ideia. Mas não foram só os *blocs*: barricadas, molotovs, ataques massivos a prédios e a propriedade, e o uso de toda a cidade como potencial ferramenta de defesa, ataque, refúgio ou dispersão fizeram a diferença e marcaram uma nova fase para as ações nas ruas do país.



POR TRÁS DE NOSSAS
MÁSCARAS,
NÓS SOMOS VOCÊS

Aos vândalos o que é dos vândalos

*“Uma pessoa é menos ela mesma quando fala em seu próprio nome.
Dê-lhe uma máscara e ela lhe dirá a verdade.”*

Oscar Wilde

De fato as novas formas de mobilização social nas lutas de junho conseguiram barrar o aumento e as ruas viram ecoar por mais alguns meses uma intensa onda de protestos e confrontos. E a vitória do movimento se deve a diferentes fatores: à organização de base e a articulação dos movimentos autônomos e comitês de luta contra o aumento diante da decadência do modelo formal de tradicional (sindicato; partido; movimento-social e estudantil), ao boom das novas tecnologias de mídias digitais e das redes sociais que serviu para opor e desmentir a constante desinformação da imprensa burguesa, ao despreparo do poder público e seus agentes em lidar com manifestações, ao belo oportunismo de todas as pessoas e grupos organizados (ou não) que souberam aproveitar a brecha aberta por uma onda de insatisfação generalizada pelo país.

Alguns também preferem ressaltar o acúmulo e a competência dos movimentos autônomos, como o MPL (Movimento Passe Livre) que, após quase uma década de atuação, conseguiu inovar no modo de convocar e “direcionar” as manifestações rumo a uma revolta contundente. Uma batalha rápida, com protestos quase diários, proferindo golpes muito mais intensos e diretos contra o poder público abalou a ordem e não perdeu forças com uma luta prolongada.

Não negamos a contribuição desses fatores. No entanto, preferimos ressaltar não a forma ou quem fez um chamado específico, mas **o vigor, a competência e a disposição das multidões em se encontrar, se associar e responder aos diversos chamados que foram feitos**, tanto em junho como nos meses que se seguiram. E se tivermos que eleger algo que fez de fato diferença e mudou a face dos protestos de rua no país, tornando possível barrar o aumento das passagens, chamando atenção para as violações de direitos ligados aos mega-eventos, mas também ao próprio papel da polícia e do Estado, elegemos um fator que atingiu proporções até então inéditas: a disseminação e molecularização de táticas de defesa e ataque, principalmente os Black Blocs. A difusão massiva dessas táticas e narrativas empoderaram as pessoas para se organizarem de uma forma anárquica e solidária, resistir e responder à violência policial, atacar fisicamente estruturas do poder institucional e seus agentes, de forma a pressionar politicamente os governantes a cederem às demandas populares e tornar pública a face mais violenta e totalitária do Estado e do Capital. Novos laços se formaram e se estreitaram durante essas jornadas. Cabe agora a nós usá-los com a sabedoria para que nas próximas lutas seja possível lutar com ainda mais força.

O vazio social e ideológico como potência de combate

“Quanto mais eles tentam nos pressionar, mais cresce nosso status como um fetiche. O ministro e a mídia podem nos chamar de gangue, de violentos.... Não estamos mais apenas apoiando um time, estamos lutando contra o sistema e o país como um todo. Nosso papel é fazer as pessoas sonharem, deixá-la saber que se um policial te bater, você pode bater neles também.”

Hooligans egípcios falando à CNN, 2011

Os levantes de junho de 2013 no Brasil e as batalhas que se deram nos meses seguintes contaram com uma maciça presença de jovens pobres, não-brancos e das periferias das grandes cidades, bem como feministas, lésbicas, gays e não-heterossexuais de todos os cantos. Pela primeira vez, muitas dessas pessoas puderam se encontrar e se apropriaram de táticas até então pouco difundidas fora dos meios anarquistas, punks e do movimentos autônomos.



Multidões de milhares de jovens usando máscaras, escudos improvisados, armando-se com o que encontravam pela frente deixaram a mensagem de que **se a polícia e a sociedade já nos agride e prende sem motivos, por que não dar a eles ao menos uma razão para nos julgar uma ameaça real?**

Tanto quem já está se organizando há algum tempo mas, principalmente, essa juventude que cresceu já dentro da era Lula não trazem consigo mais nenhum resquício de esperança ou fé na esquerda, nos movimentos sociais tradicionais, no terceiro setor, nem muito menos em alguma melhoria proposta por qualquer esfera do poder estatal ou da iniciativa privada. Não confia na justiça ou na polícia, de quem são principal alvo desde o berço. A descrença absoluta levou a um, mesmo que involuntário e espontâneo, niilismo político. Essa total descrença nas instituições e na política institucional em si culminou em **um tudo ou nada, ou melhor, em um nada a perder**. Se nos foi tirada qualquer esperança de mudar o mundo, então sobrou apenas a esperança

de destruí-lo. E assim, a revolta nas ruas se tornou a mais excitante e efetiva forma de nos fazer ouvir, deixar nossa marca e nos fazer presente na cidade que nos esmaga.

Essa **molecularização da revolta e das táticas Black Bloc** mostrou que as massas estão prontas e dispostas a radicalizar mesmo distantes das bases de movimentos, sejam eles tradicionais, como os partidos, sejam autônomos como o MPL. Isso pegou de surpresa tanto o

Estado quanto quem vinha tentando trazer essas táticas para as ruas do país desde muito tempo, tanto pelos números quanto pela intensidade da resistência popular. Mas isso assustou especialmente os defensores de programas empoeirados e obsoletos, que contam com um “sujeito revolucionário” bem definido pela vanguarda do movimento ultrapassado, que tentam achar brechas para se “proletarizar”, “dialogar com as massas” e forçar a barra com alguma “inserção social”. Bom, já sabemos que quem precisa se inserir em algum meio é quem está fora dele e que ainda é um desafio estabelecer uma forma de atuação desse tipo que não caia num paternalismo de classe e vanguardista. Mesmo assim, alguns movimentos e trabalhos de base podem ter feito a diferença e ainda ser essenciais para o processo de tomada de consciência e organização da revolta para muitas pessoas. Mas não serão a única ou principal forma, até porque deixam lacunas. E todas aquelas pessoas que não estão no mapa de atuação desses movimentos ou não querem esperar pela educação e utilidade estratégica dos estudantes esclarecidos precisam saber que não é necessários esperar por nada para se associarem livremente e tomar parte nos processos políticos que lhe interessam.

A juventude pobre e descontente não precisou da “educação” ou “formação” libertária para decidir revidar e tomar de assalto as ruas e bater de frente com o Estado, as corporações e seus cães de guarda, se aliando a diferentes lutas e setores da sociedade. E a imensa maioria deles sequer foi as ruas como resultado do trabalho de base de algum movimento. Foi através do exemplo pela prática e pela experimentação que a provocação, a cooperação, a incitação, a solidariedade e a cumplicidade que só se vê no mundo real fizeram com que a radicalidade e o contra-ataque se tornasse palpável e atraente. O resultado vimos na forma como eles se espalharam pelo país inteiro.

Assim como alguns progressistas pensam que qualquer uma poderia ser intelectual se estudasse em uma boa escola e se uma boa universidade fosse algo acessível, radicais acham que tudo o que precisamos é “educar as massas” o suficiente “sobre teoria radical”. Mas, pelo contrário, vimos que é prática que ensina.

Força, sentido e novas direções

“As instituições são responsáveis por conectar os indivíduos à lógica do poder: tomado no interior de uma instituição o indivíduo deve se dobrar às regras da sua organização e é dominado por suas finalidades em nome das quais decisões são tomadas em conformidade com a ordem do Estado. As instituições, portanto, articulam a existência do indivíduo com a ordem do poder. Atacar as instituições é colocar em questão o próprio poder.”

Nildo Avelino

As revoltas de junho no Brasil e o Anarquismo

O modo e o sentido evidenciaram formas de resistência não-hierárquicas e anti-autoritárias. Desde as junho, o que se viu foi um protagonismo da luta popular **para além das formas institucionais de mobilização dos partidos, sindicatos e movimentos-sociais e contra as instituições do Estado e do Capital**. No nível de organização, coletivos e assembleias populares horizontais tomaram espaço em diversas cidades, inclusive em câmaras ocupadas, como em Porto Alegre e Belo Horizonte. Nas ruas, blocos e turbas agindo de forma autônoma e anárquicas não abaixavam a cabeça para autoridade da polícia nem do Capital. Isso tudo fez novamente **das ruas ocupadas o principal palco de ação política trouxe para seu ponto central a anarquia como prática cotidiana e o anarquismo como crítica social**.

Desafiando o Poder Público e a legitimidade de suas decisões, rompendo com a lei, suspendendo seu domínio sobre o território da cidade e da política, a revogação do aumento foi arrancada à força e teve um valor político potencialmente revolucionário. Ao fazer isso, a lição de que só lutando e se tornando uma ameaça para a ordem imposta é possível abrir o caminho para que a luta contra a opressão e a injustiça se torne mais forte e consistente. A luta por ampliar o horizonte do possível e, assim, tudo o que resultar de lutas radicais no futuro podem ter se tornado possível devido ao que foi feito a partir de junho.

Todas quebramos leis mais banais que tentam regular nossas vidas cotidianamente simplesmente por não concordarmos com elas. Mesmo assim, sempre achamos que somos uma exceção e que estamos sós até o momento em que um encontro aumente nossa disposição e potência. É compreensível, assim, porque manifestantes em Vitória destruíram os postos de pedágio ao cruzar a Terceira Ponte ou em Belo Horizonte quebraram todos os radares de velocidade na Avenida Antônio Carlos enquanto seguiam do centro até o estádio do Mineirão. Quanto um conflito de interesses se torna um confronto aberto entre partes da sociedade, as mentiras que mascaram a realidade desaparecem e fica nítido as polarizações entre forças opressoras e quem resiste. Nesse momento, as pessoas que ainda não se posicionaram tendem a escolher um lado.

O principal alvo da fúria e da revolta popular eram quase sempre os próprios ônibus e estações de metrô, as agências dos bancos, os palácios dos poderes estaduais, municipais, legislativos e federais, veículos da mídia e viaturas policiais. Nesse caso, o alvo era a mensagem. E não havia nada de simbólico nesses ataques. Assim como uma abelha ataca um invasor muito mais forte num ataque suicida por saber que ele representa uma ameaça à sua morada e a de seus semelhantes, as multidões se lançaram em ataques muitas vezes contra forças várias vezes mais potentes. Se a revolta popular não ateou fogo em todas as viaturas ou apedrejou todos os policiais que existem, nem estourou os muros e caixas dos bancos e lojas para levar embora a riqueza que lhe pertence por direito, não foi porque eram atos simbólicos. Mas porque ainda não temos a força o suficiente para fazê-lo como deve ser feito. Quando tivermos essa força, não haverá urso pário para o enxame de abelhas.



Nada mudou, mas tudo está diferente

“A soma da utilidade de todos os seres humanos de todas as épocas está contida inteiramente no mundo tal como é hoje. Por conseguinte: nada mais moral do que ser inútil.”

Milan Kundera,
A Imortalidade

Agora sabemos que não somos poucas e não estamos sós. E que se transformamos nossa raiva em uma arma contra o poder instituído, podemos confrontar suas decisões e vencer uma batalha. Mas ainda sentimos na brisa do amanhecer que tudo ainda está como antes. **Na base das macroestruturas e na micro-violência que nossas rotinas abrigam, nada mudou. Temos que correr para sobreviver, temos que obedecer para não ir para a prisão, temos que deixar de lado nossos sonhos para manter um empreguinho, temos que tentar comprar de volta nossas vidas em supermercados e crediários, pagar por água pra beber, ar pra respirar e um lugar para por nossos colchões e dormir.**

Os prédios e palácios continuam de pé abrigando sua politicagem corrupta. As lojas e bancos já têm novas vidraças e operam seus negócios sujos. Os ônibus continuam circulando com uma tarifa absurda e cheios de vidas despedaçadas buscando um sentido para acordar cedo e cumprir seus compromissos. Ainda somos milhões sem perspectiva, sem instrução, sem segurança, sem satisfação e sem esperança. Empregos instáveis, irregulares, que pagam mal por um trabalho que qualquer cão amestrado poderia realizar.

Podemos escutar de forma mais nítida, a cada dia que passa, apesar do discurso suave do espetáculo e dos comerciais, os barulhos que preparam uma guerra aberta. **Mas não nos enganemos, já vivemos uma guerra civil**, que atende sob os nomes de Estado, Democracia, Mercado, Progresso, Heterossexualidade, Tecnologia etc. De **Pinheirinho** ao assassinato homofóbico de **Kaique**; das famílias, passando pelas operações de guerra fascista com instalação de bases militares permanente em **favelas do Rio**; dos incêndios criminosos em **favelas de São Paulo** ao ataque do Estado contra as **comunidades indígenas do Xingu** com a usina de Belo Monte. Vivemos uma zona permanente de conflitos. A guerra já não pode mais ser isolada no tempo ou no espaço – negar isso não vai nos proteger ou fazer com que ela não exista. Já o sabem **as bichas, sapas e trans; pobres, negrxs e moradorxs de favelas; pessoas em situação de rua, as comunidades indígenas e os animais silvestres.**

Ondas para se encontrar

A revolta generalizada no **Brasil** veio sem que ninguém pudesse prever seu momento e sua dimensão; assim como a **Primavera Árabe** combatendo ditaduras, **as ruas em chamas da Europa** respondendo às políticas de austeridade, **as praças ocupadas dos Estados Unidos** denunciando um descontentamento generalizado e, mais recente, **as barricadas na Turquia** provando que um governo eleito democraticamente e um país crescimento econômico não representam a população e só trazem poder e benefícios às elites. Todas essas formas foram permeadas pelo mesmo espectro que manter o tom de radicalidade nas ruas onde a luta se instala. Novos laços e afinidades são consolidados enquanto descontentes em geral plantam a semente da luta autônoma e anti-hierárquica num terro que por muito tempo se manteve pobre e infértil. **Nada do que é afirmado pelas políticas tradicionais, e pela esquerda**

tradicional, poderá deter o agravamento do problema, justamente pelo fato das políticas tradicionais serem parte do problema. E fica cada vez mais evidente sua omissão e ineficácia onde quer que a rebelião venha à tona.

Isto não é um programa, é um chamado. As ações nas ruas e as conspirações necessárias para sejam realizadas renderam valores e práticas revolucionárias fundamentais que já trazemos dentro de corações em revolta, como sementes para de um novo momento. Um **devir (tornar-se)** nômade, inclassificável, incontrollável e liberar espaços dentro do território do Estado, por ele medido, inspecionado, policiado e territorializado. **O encontro, a autonomia, a cumplicidade e a solidariedade enquanto potencia para a máquina de guerra contra o Estado são valores preciosos às lutas que virão.**

Atendemos e ecoamos os chamados daquelas que querem desterritorializar o Estado, e suas forças que governam de fora para dentro da sociedade, de cima para baixo, impondo, monitorando e punindo seus cidadãos – ou se preferir, servos. Também ao chamado daquelas que querem **desterritorializar do espaço e de nossas relações tudo que capitalize**: que acumule recursos, produtos ou conhecimento com o objetivo de, assim, acumular poder – incluindo aquelas que tentam acumular um nefasto “capital” ou “lastro” político em meio a lutas e movidas autônomas. E, talvez o mais importante, respondemos ao chamado daquelas que pretendem desterritorializar tanto **o fascismo molar**, ou seja, o das macroestruturas, dos partidos, das nações, das organizações e da polícia; mas também **o fascismo molecular** das relações e sociabilidades que absorvemos desde o nascimento de forma buscar estabelecer e manter privilégios de gênero, classe, etnia, idade, identidade sexual, que se sustentam na opressão de outros corpos – inclusive dentro das lutas ditas libertárias.

Caminhamos em um novo terreno, mas o solo ainda é o mesmo chão movediço. Algumas vitórias foram alcançadas, mas como resposta vemos um Estado e uma polícia enfurecidos e com sede de vingança, que pretendem a todo custo não deixar que a revolta ressurgja e comprometa a imagem e a publicidade de seus negócios. As **multidões aprenderam que a única forma de serem ouvidas é se tornando uma ameaça** para os que ditam as regras. Que juntas podem pressionar esses que se escondem em palácios e arranha-céus atrás das linhas policiais, podem forçar os portões e fazê-los ouvir lá de dentro que não nos representam e que não sabem do que precisamos. E que para se tornar uma ameaça é preciso se encontrar e manter esses laços quando as ondas de revolta se dissiparem. Cada vitória deve ser vista não como um motivo para se acomodar, mas para lutar ainda mais forte da próxima vez.

Radicalidade e amplitudes dos novos chamados

Não cansaremos de reafirmar que amplitude de nossas políticas não se relaciona com as pautas genéricas das classes privilegiadas progressistas e “anti-corrupção”. Da mesma forma **a radicalidade de nossos desejos não cabem nos “20 centavos” ou outras causas específicas se estas não se ligam também de forma radical contra todas misérias que o capitalismo nos impõe.** “Uma vida sem catracas” não será o bastante se os trajetos nos levam ao trabalho que escraviza, à educação que condiciona e ao consumo que aliena. Causas pontuais e específicas podem ter se mostrado uma boa estratégia, mas ainda é cedo para dizer que achamos a melhor forma de lutar. Até porque agora o sistema sabe como ela funciona e estará preparado para não ser pego desprevenido novamente. Focar em conseguir reformas ou melhorias tende a contribuir para consolidar uma lógica reformista. Se queremos uma mudança ampla e radical a longo prazo, **isso é preciso estar claro desde já.**

Se torna mais urgente do que nunca *demandar o impossível, encontrar quem esteja na mesma frequência* e conectar diferentes lutas, como campos de batalha numa mesma guerra, contra um mesmo Império que opera de fora, de cima, mas também de dentro de cada corpo, mesmo em rebeldia.

São precisos novos chamados. É preciso continuar se encontrando. Outras ondas de descontentamento e ataque ao Império se levantarão para atingir seus muros. E, assim como em todos os lugares e momentos em que elas surgiram, serão imprevisíveis. Elas terão seu auge e seu momento de recuar. Mas podemos, no entanto, nos preparar para quando esse momento chegar. É preciso nos manter em ação para não atrofiarmos. **Manter a radicalidade das ações nas ruas, mas também a profundidade de nossas políticas e a força de nossos laços.** Cultivar, aperfeiçoar e compartilhar relações necessárias para disseminar a rebeldia que valha à pena para bater ainda mais forte quando for novamente a hora de atacar. Para que do ataque, surjam-se fendas maiores por onde a resistência pode florescer e se alastrar.



*“O perfil dos black blocs não muda.
É quase sempre o mesmo:
desempregado e jovem, acha que a
única maneira de resolver seu
problema é quebrando tudo. Já está
se tornando uma diversão para eles,
como se fosse sair numa sexta-feira
à noite”*

*Wagner Giudice
delegado do DEIC (Departamento Estadual
de Investigações Criminais), São Paulo, 2014*

*"Em uma sociedade que aboliu
toda forma de aventura,
a única aventura restante
é abolir tal sociedade"*

*Internacional Situacionista
França, 1968*

UM CHAMADO À GUERRA NÔMADE

re.be.lar

(lat *rebellare*) vtd **1** Excitar à rebelião; fazer insurgir-se; tornar rebelde. **2** Insurgir-se, revoltar-se.

Voltar (re) a provocar uma guerra (bellum)

i.: Há uma guerra em curso

“Violento é sempre o Estado: aumentar a tarifa é violência, do mesmo modo como são violências a “cura gay” eu estatuto do nacíuro. Manifestar-se contra elas é auto-defesa.”

Nildo Avelino

As revoltas de junho no Brasil e o Anarquismo

Uma sociedade guiada pela competição e pelo acúmulo infinito de lucros e poder na mão de cada vez menos pessoas precisa expandir seu domínio para se manter de pé. O Estado parece perder seu poder de gestão da coisa pública para se tornar o mestre de cerimônia que promove a festa das empresas e corporações, enquanto aumenta e centraliza seu controle e a repressão que silencia seus próprios cidadãos e dizima em massa povos que se mantêm no caminho de sua busca por territórios e recursos naturais.

Os lucros tem que ser apropriados de algum lugar e são sempre o resultado da pura exploração de alguém e de alguma terra. Isso por si só já determina o uso da violência pelos que estão no poder. Nenhum povo aceita pacificamente sair da terra onde vive, onde seus ancestrais viveram, para dar lugar a uma usina ou estrada sem a ameaça da coerção física. Ninguém aceita um trabalho alienado e degradante sem a ameaça do desemprego, da fome e da prisão.



Até pouco tempo atrás era possível expandir o poder colonial a territórios e povos inexplorados. Mas agora o capitalismo está por todo o planeta, conectando todas as pessoas e fazendo de qualquer crise uma ameaça global. Ao mesmo tempo a produção industrial leva o meio ambiente a limites nunca antes alcançados enquanto o progresso tecnológico tornou grande parte do trabalho humano desnecessário. Como resultado, temos uma massa inteira de pessoas excluídas do mercado. Mesmo assim elas tem o papel de lembrar a toda trabalhadora quantas pessoas aceitariam tomar seu emprego e se sujeitar a condições ainda piores, justamente porque é melhor do que a miséria total. No entanto, quanto mais desigual uma sociedade, mais força é necessária para manter o controle.

A violência não é um problema para o Estado. Ele detém o monopólio do seu uso “legítimo” e lança mão sistematicamente do seu uso ilegítimo sem o menor pudor. Nildo Avelino nos lembra que “a violência é endêmica ao poder governamental. E uma democracia pode ser tão o mais letal que uma ditadura”. O próprio estado moderno foi fundado com revoluções violentas. E mais violentas ainda são suas manobras para se manter. Uma violência que ataca o sistema estabelecido é a única violência que o Estado não tolera. Uma violência revolucionária, uma auto-defesa que “funda uma visão de mundo não estatal ou anti-estatal”.

A lógica da cidade murada e da expansão colonial, do inimigo externo e dos novos mundos, deu lugar à lógica que enxerga sua própria população como um potencial inimigo a ser sistematicamente reconquistado e subjugado. Antes, eram vagabundxs, loucxs, prostitutas, ladrões. Hoje temos as ofensivas militares nos morros e favelas sob o pretexto da “pacificação”, a eliminação de “bandidos” e “traficantes”. Tais operações remetam ao que os Bandeirantes fizeram séculos atrás avançando sobre indígenas e suas terras na América do Sul, ou ao que foi a conquista do Oeste norte-americano.

A gentrificação dos centros urbanos é outro exemplo moderno dos ciclos de retomada de territórios. Deixa-se propositalmente que bairros inteiros sejam sucateados e largados como refúgio para as pessoas mais pobres ou excluídas, desvalorizando seu valor no mercado. Quando o momento for propício, é aberto caminho para que cartéis empresariais e planos estatais possam investir pouco dinheiro em imóveis que darão lugar a novos negócios e empreendimentos, como centros comerciais ou obras infraestruturais, às custas da repressão



e remoção de comunidades inteiras. Isso tornará a vizinhança valorizada novamente, trará maior controle policial e tornará inviável para os mais pobres pagar para morar ali, ou para sem-tetos poderem viver nas redondezas e vendedores ambulantes trabalharem como antes.

Tanto na ocupação militarizada quanto na gentrificação, vemos uma íntima ligação entre o poder público o capital privado: Eike Batista patrocinou as UPP's no Rio de Janeiro e em São Paulo a seguradora Porto Seguro é a principal proprietária da maior parte dos imóveis dentro do Projeto Nova Luz, que visa reurbanizar a Cracolândia. Na verdade, toda operação de “pacificação” ou de “democratização” de um território visto como “ameaça” à ordem não passa de uma forma de garantir a expansão de negócios.

O modelo de gentrificação e ocupação militar pode muito bem extrapolar da cidade para nível nacional. Israel pode ser o modelo de nação que está emergindo: um enclave militarizado em meio a povos inimigos, tornados bárbaros sob constante ocupação, e populações vivendo como refugiadas em suas próprias terras, sem trabalho, sem comida ou água, sem liberdade ou dignidade.

Poucas pessoas controlam as instituições que mantêm essa sociedade, mas todas colaboram. Já não sabemos mais onde termina o Império e onde começa nossas próprias vontades quando nosso desejo coincide com o desejo do Estado. O que vemos são diferentes formas de vida que muitas vezes coexistem, e em muitas outras entram em conflito. Dentre elas, formas de vida estatais promovem uma guerra permanente contra formas de vida e potências nômades, capazes de romper a disciplina do Estado sobre os corpos e o espaço para fundar a máquina de guerra nômade .

Vivemos uma guerra civil pois o confronto não é apenas entre estados, mas entre partes uma mesma sociedade. Esse conflito não se separa da política. Se alguns diziam que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, concordamos com as que invertem a lógica para dizer que “a política é a continuação da guerra por outros meios”. Pois a guerra é permanente e a política não vai muito além de manobras e estratégias para quando não vale a pena o confronto direto e o derramamento de sangue. A guerra não é mais um limitado estado de exceção, onde todas as leis constitucionais podem ser suspensas temporariamente, e o Estado pode acumular poderes extraordinários. Não há mais regras, apenas uma série de exceções.

ii.: A ocupação

A palavra nos lembra a imagem de tanques russos rondando as ruas do Leste Europeu, ou soldados americanos patrulhando vizinhanças hostis no Oriente Médio. Mas nem toda ocupação é tão óbvia. Algumas vezes as ocupações duram tanto tempo que os tanques de guerra à mostra não são mais necessários. Eles podem voltar para a garagem, contanto que o povo dominado lembre-se que eles podem ser trazido às ruas a qualquer momento.

Como reconhecer uma ocupação? Historicamente, povos sob ocupação tem que pagar impostos a seus conquistadores, ou então, prestar algum tipo de serviço. Um tributo é uma forma de aluguel que a população deve pagar apenas por viver em sua própria terra. Assim também é com nossa própria vida: afinal, **qual é a sua ocupação?** Você sabe o que ocupa o seu tempo? Provavelmente um emprego... ou dois. E se não esta trabalhando, seu tempo provavelmente está de alguma forma em função do trabalho: se preparando para ir trabalhar, se recuperando do trabalho ou buscando um.

Você precisa desse emprego para pagar o aluguel, dentre outras coisas. Mas a casa ou prédio onde vive não foi construída por pessoas que, como você, pagam aluguel? O mesmo vale para todos os outros produtos que você precisa juntar dinheiro para poder comprar. Você e outros como você fizeram esses produtos, mas você tem que compra-los de empresas como a que te dá emprego. *Empresas que nem te pagam o valor correspondente ao que você produz e nem vendem os produtos pelo verdadeiro preço pago para fazê-los. Eles te pegam indo e vindo!*



Nossas vidas são um território ocupado

Quem controla os recursos em nossas comunidades, quem define como o bairro deve ser ordenado e o meio ambiente em torno dele? Quem define suas tarefas dia a dia, mês a mês. Mesmo se você for profissional “autônomo”, é você quem define o que, como e quando fazer algo que dê dinheiro? Imagine, a partir daí, uma situação ideal. Ela não parece suspeita como as utopias que vemos nos comerciais?

Não apenas nosso tempo, mas nossas ambições, nossa sexualidade, nossos valores e nossa noção do que é ser humano: tudo isso é um território ocupado. Moldado de acordo com as demandas do mercado. Dentro das linhas que cercam e determinam o fluxo de nossas vidas, nossos desejos coincidem exatamente com o que o Estado deseja.

E nós não somos o único território sob controle inimigo. A invisível ocupação de nossas vidas espelha a ocupação militar das áreas dentro dessa mundo ocupado, onde armas e taques ainda são necessários para reforçar o direito à propriedade dos barões e a liberdade das corporações em operar seu comércio a despeito da hostilidade dos povos locais – alguns dos quais, como os diversos povos selvagens à margem do progresso colonizador, ainda se lembram de como era a vida antes dos aluguéis, salários ou patrões.

Você nem deve ser muito diferente deles, tirando que provavelmente cresceu em cativo, vagando pelos subúrbios, favelas e centros desse sistema. Talvez alguém te pegue sonhando acordadx no trabalho, ou distraídx numa conversa com amigos ou num encontro com qualquer pessoa que esteja tentando manter sua atenção. E então vão dizer que você está *pré-*

ocupadx. Isso pode significar que uma parte rebelde em você pode estar presa em sonhos e fantasias, uma ligeira esperança de que sua vida possa ser preenchida por algo mais do que uma *ocupação*.

iii.: Nós somos os vândalos

“A legalidade não é uma ordem exterior aos indivíduos, ela integra sua própria subjetividade por meio da qual opera e se manifesta. Ela se instala nos espíritos antes de erguer fortalezas. Romper com a ordem da legalidade é um ato de maior importância.”

Nildo Avelino

As revoltas de junho no Brasil e o Anarquismo

Terroristas são grupos usam da violência contra inocentes para intimidar uma sociedade, muitas vezes com propósitos políticos – ou seja, policiais, exércitos, chefes de estado, e todas as forças autoritárias que pretendem tomar seus lugares. Normalmente, a palavra *terrorista* é usada pelo próprio poder instituído em suas jogadas para designar civis com coragem o suficiente para se organizar e defender a si e a seus próximos de tal violência.

O uso de certos termos é útil quando o Império precisa de uma retórica que diferencie a violência feita contra si da sua própria violência. As ações diretas que emergiram nas ruas foram recriminadas pelo Estado e pela mídia como “atos de vandalismo”. Vandalismo, assim como *terrorismo*, *violência*, *roubo*, etc, são sempre **o que os outros fazem**. O Império jamais vai admitir que a violência intrínseca ao seu progresso e a sua manutenção é mais nociva e permanente do que qualquer levante já ocorrido. O Império é sempre hegemônico, invisibilizado e naturalizado, mesmo quando quebras suas próprias leis que alega estar a serviço.

Cercando-nos com nomes que representam um ponto de ruptura, eles tornam qualquer pessoa que resista a opressão em um corpo matável – ou ao menos a ser reprimido – dentro do permanente estado de guerra da democracia. **“Uma minoria isolada”** ou **“pequenos grupos que se infiltraram em uma manifestação legítima”**. O discurso hegemônico precisa evitar a larga aprovação e participação popular nos protestos e ações diretas, impedindo que as posições radicais ganhem mais apoio e identificação popular, e a repressão do Estado seja condenada pela maioria. No entanto o apoio e aprovação popular ficaram claros em 2013, tanto nas ruas, como nas redes sociais e nas pesquisas de opinião da própria mídia burguesa. Mas é preciso sempre lembrar onde a verdadeira violência começa e qual “violência” é uma resposta, mesmo que inferior.

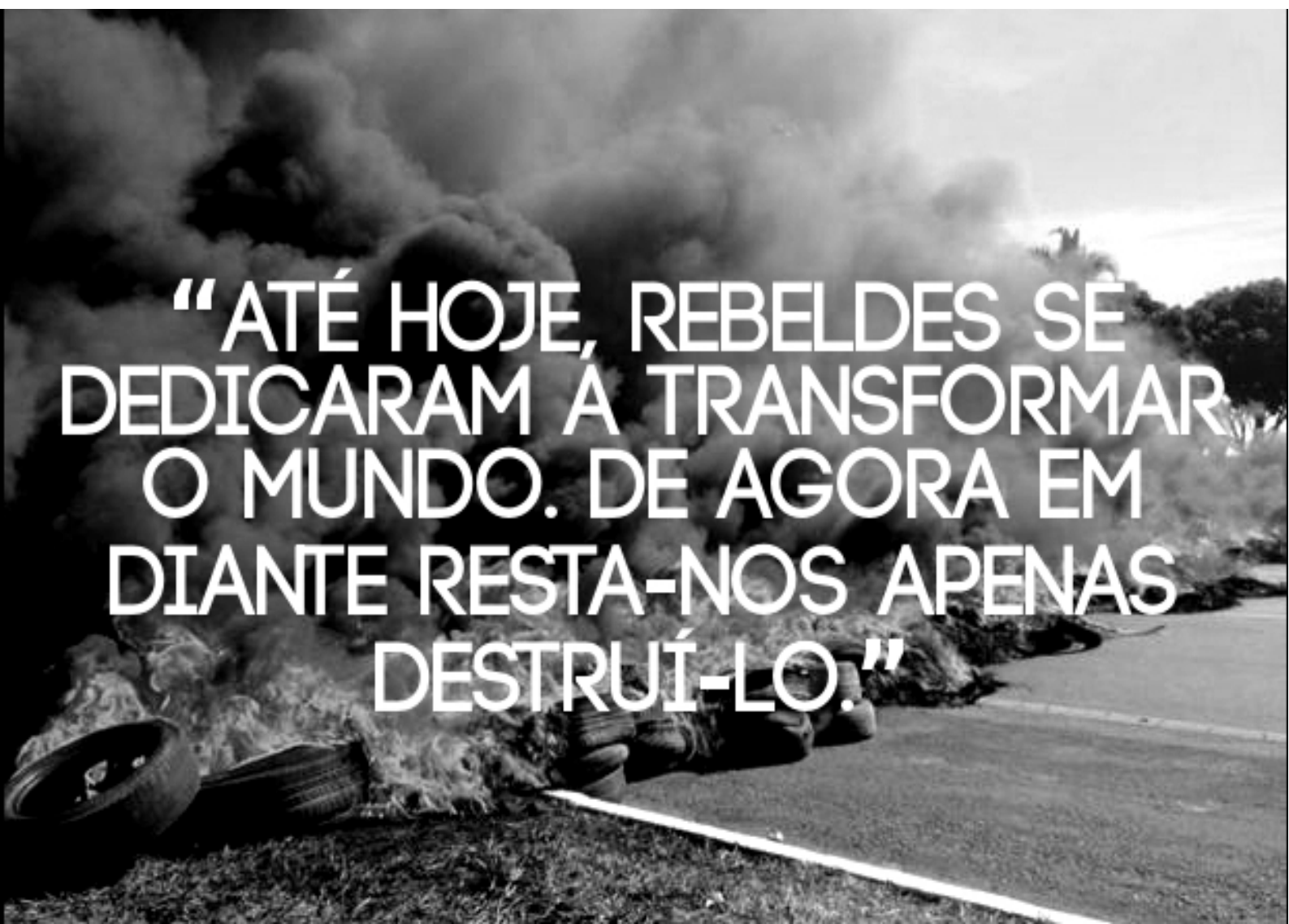
A legitimidade da violência e a violência da legitimidade

“O carneiro e o lobo não estão de acordo quanto a definição de liberdade.”

Abrahan Lincoln

Durante os protestos de 2001 contra a ALCA, em QUEBEC, um famoso jornal disse que a **“violência começou quando manifestantes começaram a jogar de volta as bombas de gás atiradas pelo batalhão de choque”**. Parece uma piada, mas o monopólio da legitimidade da violência do Estado torna qualquer resistência um ato de violência ainda pior e condenável. Da mesma maneira covarde e inconsequente, a professora da USP **Marilena Chauí**, a caricatura da classe intelectual leninista, que não sabe nem ao menos xingar de forma decente alguém na fila do banco, disse que **“Black Blocs são fascistas pois colocam pessoas como alvo”**. Essa afirmação por si só basta para sepultar qualquer credibilidade que se daria à miséria filosófica da autora. No entanto, tal afirmação foi feita diante de cadetes e oficiais da Academia de Polícia Militar do Rio de Janeiro e serviu para fundamentar ainda mais o discurso usado pelo Império de que grupos radicais que se defendem e reagem à inconstitucional agressão primeira do Estado e do Capital são algo a ser eliminado. Além de provar que Chauí não se incomoda em se palestrar para a polícia mais assassina e militarizada do planeta, condenando publicamente aqueles que defenderam e lutaram junto a professores mais combatentes e de menos glamour e retórica que a filosofa petista.

Na verdade, a violência não é um problema para o Estado, desde que ela esteja sob seu controle. A violência real imposta no cotidiano fica invisível também se não questionamos esse **monopólio da legitimidade**. Destruição do meio ambiente para produzir e gerar



“ATÉ HOJE, REBELDES SE DEDICARAM A TRANSFORMAR O MUNDO. DE AGORA EM DIANTE RESTA-NOS APENAS DESTRUÍ-LO.”

energia para o nosso estilo de vida industrial/urbano, a reintegração de posse de um terreno largado à especulação enquanto famílias vivem sem abrigo e trabalho, relações econômicas e leis que não concordamos, o recorde de faturamento dos bancos, a segregação e guetificação de grupos minoritários nos espaços que deveriam ser “públicos”, tudo isso são normas impostas e que acatamos porque sabendo das consequências violentas que estão por trás: se não obedecer, algum agente do Estado virá te agredir e te jogar numa prisão. E nenhuma dessas absurdas violências serão condenadas em rede nacional, pela opinião pública e ou pelos cidadãos do Império.

Se temos por “legitimidade” aquilo que é aprovado pelas leis e pelo senso comum como correto e aceitável, é natural esperarmos que atitudes e posturas que confrontem o status quo sejam, ao menos de início, tidas como ilegítimas. Do contrário, ela provavelmente estará enquadrada à ordem atual das coisas e contribuindo com com ela, ao invés de combatê-la. Para pensarmos uma outra forma de julgar nossas ações, podemos tentar nos perguntar ***se elas contribuem para combater as relações de desigualdade e privilégios dentro da sociedade ou se elas reafirmam tais relações***. Isso é uma questão fundamental para anarquistas. A legitimidade é mais um recurso distribuído desigualmente em nossa sociedade e seu monopólio mascara as diversas formas violência perpetradas por quem o tem em mãos. **Dizer qual tipo de ação, manifestação ou comportamento é ilegítimo também é uma forma de silenciar e marginalizar as pessoas, para em seguida justificar o uso da força na sua perseguição e repressão.**

Permitir que o Estado e a mídia burguesa tenham o monopólio de determinar o que é legítimo ou não é também uma violência contra todas as pessoas que não tem escolha que não resistir às operações que atentam contra suas vidas. O jornalista que disse que a violência começou quando manifestantes jogaram de volta as bombas de gás invisibiliza a violência do primeiro ataque policial e abre caminho para a polícia reagir de forma ainda mais agressiva. Assim como a declaração de Marilena Chauí encoraja os policiais cariocas, conhecidos assassinos e violadores da pior espécie, a agir com ainda mais truculência contra manifestantes enquanto legitima uma leitura distorcida do que é o verdadeiro fascismo em nossa sociedade.





Violência” é, principalmente, um termo vago e flutuante para a insubordinação, ou o ataque a objetos inanimados, mesmo quando sabemos que objetos não podem ser violentados. O próprio Império precisa atualizar o que considera aceitável e “legítimo” de forma a manter a dicotomia do que deve ser permitido e o que deve ser reprimido. Podemos ver esse conflito interno dentro da imprensa quando ela cobre protestos violentos ao redor do mundo e dentro do país. Quando comprou as informações das agências internacionais cobrindo um protesto com confrontos contra a polícia e prédios do governo incendiados na Bósnia, protagonistas ainda são chamados de manifestantes. Quando jornalistas cobrem uma manifestação dentro do Brasil, o discurso precisa passar por outro filtro mais rigoroso, que chama de “infiltrados”, “vândalos” e até de “fascistas” pessoas que simplesmente vestiram uma máscara se prevenir contra repressão política. Pior ainda se resolvem tomar alguma atitude mais ofensiva contra a propriedade ou se respondem à violência policial.

Em seus discursos teatrais, Hilary Clinton fez diversos pronunciamentos condenando a repressão à Primavera Árabe, dizendo que “o povo pedia uma maior abertura democrática e melhores condições de vida” e que os governos “não sabiam responder a seus pedidos”, apenas “agir de forma fora de controle” para reprimir manifestações “pacíficas” e “legítimas”. Obama chamou de “não-violento” os eventos de 2011 no Egito. Ele estava se referindo a um levante que destruiu quase todas as estações policiais do Cairo e tinha como principais alvos policiais, que eram atacados sob qualquer circunstâncias em que eram vistos! A incoerência de suas falas é tanta que nem é preciso mencionar que o governo ditatorial egípcio de Mubarak, assim como quase todos os regimes atacados pela Primavera Árabe, estava no poder há três décadas com total apoio político e financeiro dos Estados Unidos. O pior é que esses a esses pronunciamentos se seguiram os movimentos *Occupy*, que tomaram praças e espaços públicos em mais 400 cidades americanas. Os quais foram combatidos e reprimidos com enorme força policial.

Não devemos nos perder numa guerra inútil por ter legitimidade desde o início ou nos dedicar responder às acusações dizendo que “vandalismo é o governo faz”. É óbvio que a violência empregada nas ruas não chega nem aos pés da violência racista praticada rotineiramente pela ROTA ou pelo BOPE; ou a do lucro dos bancos, da humilhação diária no transporte público, dos desalojos, da destruição do meio ambiente e do genocídio dos povos originários. Todas essas formas de violentar a população são muito mais danosas que uma avenida fechada por uma noite.

Quando queremos que nossos pontos sejam levados a sério é tentador clamar por “legitimidade” de qualquer forma possível. Mas se não quisermos reforçar desigualdade e hierarquias existentes devemos ter cuidado em não reforçar formas de legitimidade que as perpetuem. Não devemos deixar de trazer sempre para o debate quais são nossos objetivos a longo prazo. Se quisermos desafiar a estrutura e a raiz desse sistema econômica e social, não podemos nos deixar seduzir pela ideia de já partir de ações com total legitimidade – sendo essa definida pelos que tem mais poder nessa sociedade.

Vândalos eram povos bárbaros que se mantiveram no caminho da expansão e da ocupação de um império soberano. Devemos nos apropriar da violência enquanto auto-defesa e resposta a uma violência anterior imposta pelo Capitalismo, assim como devemos nos apropriar das linguagens necessárias para compreendê-las. **O que o Império faz não é nem nunca foi vandalismo.** O Estado, o Capital e suas polícias compõem o Império e sua violência serve para conservar e manter o poder imperial. Nós somos os inimigos desse poder. **Nós somos os vândalos! – e queremos a cabeça de César.**

iv.: A guerra nômade

“Enquanto as comunidades estiverem, por meio da guerra, num estado de separação, de frieza ou de hostilidade entre si, enquanto cada comunidade assim se mantiver na autossuficiência – quase se poderia dizer autogestão –, não pode haver Estado. A guerra nas sociedades primitivas consiste antes de tudo em impedir o uno; o uno é primeiramente a unificação, ou seja, o Estado.”

Pierre Clastres
Sociedade Contra o Estado

Desde que existe Estado existem grupos de pessoas dispostas a combatê-lo. Para ser mais correto, até mesmo antes do Estado existir haviam no mundo sociedades inteiras dispostas a arrancar pela raiz qualquer sinal de seu surgimento e impedir a instauração de seus grupos e instituições que conservem poder. Essas milenares sociedades praticavam a **guerra nômade**, entre outras tribos e entre si mesmos e contra formas estabelecidas proto-estatais. Como resultado, se redividiam e se moviam no espaço evitando a concentração populacional e a conservação de instituições autoritárias que tendem a surgir quando o poder se cristaliza nas mãos de poucos.

Em muitos casos na história das sociedades humanas, grupos se fixam em um mesmo lugar para se assentarem, o que permite acumular estoques de alimentos e outros produtos, assim como crescer sua população. O tipo de chefia ou comando relacionado a essa necessidade de administrar acúmulos de produção vem geralmente acompanhado de um novo tipo de poder e logo uma divisão de papéis sociais desigual: quanto mais distante do comando (**chefes, senhores, reis ou outros grupos administrativos** que gerem e protegem a riqueza), mais pesado é o nosso trabalho e menor a nossa influência na sociedade. Esse quadro ainda é referência para analisarmos nossa sociedade hoje. Todas aquelas que trabalham **servindo, limpando, carregando, montando e consertando** sabem que se esforçam muito mais e ganham muito menos que aquelas nos escritórios desenvolvendo trabalho administrativo, intelectual ou artístico, que são muito mais valorizados e que contam com menos pessoas executando-os.



Não raro, quanto mais na base da pirâmide social, maior também a chance de sermos **instrumentalizadas** por aqueles no poder, que usarão a nós e nossos semelhantes como ferramentas descartáveis para produzir mais riqueza (**lavoura, extrativismo, serviços subalternos**) ou defender a que já existe (**forças armadas, polícia**). Quando não nos encontramos nessa base explorada, nos resta a **exclusão: desemprego, sub-emprego, trabalho escravo, prisões, manicômios e a morte**.

Para nós, sob um Império industrial e globalizado, é difícil imaginar uma forma de compartilhar tudo o que é produzido, ou que uma escassez de alimentos, uma calamidade ou uma guerra, por exemplo, nos atinja e tenha os mesmos efeitos para os que comandam e os comandados. Mas para essas sociedades, onde o chefia e de comando não tem relação totalmente direta com acúmulo de riqueza e poder repressor sobre os demais membros, um sucesso ou uma crise para a sociedade é um sucesso ou uma crise para todos os indivíduos.

Estado significa força, controle e proteção garantida para quem está no comando da sociedade, e submissão, punição e extermínio dos que estão abaixo. A *guerra primitiva, ou nômade*, mantinha a dispersão dos grupos, mantinha uma certa hostilidade entre tribos e impedia a formação de poderes estáveis, assim como o combate e o permanente confronto com estados devidamente estabelecidos.

Essas sociedades foram dizimadas por sistemática colonização genocida, mas ainda existem tanto em lugares remotos quanto junto às cidades, sofrendo as consequências desse contato. Mesmo assim ainda podem ser referência e inspiração para muitas lutas. Temos a frente não apenas uma oportunidade para construir pontes de ação política e solidariedade com essas sociedades remanescentes, como de trazer a memória das lutas ancestrais indígenas e quilombolas de resistência milenar ao poder autoritário do Estado e sua locomotiva colonizadora, que se encontra mais ativa do que nunca.

Prevendo ou já sentindo os primeiros efeitos desse tipo de organização de poder centralizado, **várias sociedades se mobilizavam e guerreavam para manter-se sem Estado**. Elas desenvolveram uma **máquina de guerra nômade** para impedir o surgimento e combater estados e sua expansão, e ainda o fazem. Uma máquina que opera fora do Estado e diferentemente e contra o aparelho militar estatal. Não são apenas sociedades sem Estado, mas sim **sociedades contra o Estado**.



v.: O poder da luta deve ser estratégico e social, não militar

“A força de uma insurreição é social, não militar. O critério para avaliar o alcance de uma revolta generalizada não é o conflito armado, se não, melhor, a paralisia da economia, a forma de se ocupar os lugares de produção e circulação, a gratuidade que incendeia todo o cálculo...”

Ai Ferri Corti
Anônimo

A arma do povo contra o Estado é o próprio povo. Diferentemente do Exército e da polícia, que treinam especialistas descartáveis para o combate, enquanto seus membros pensantes se escondem em palácios, as multidões usam seus próprios corpos para perseguir seus objetivos. Isso por si só já é uma enorme desvantagem em termos de *eficiência militar*. Além disso, todo o aparato estatal e corporativo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e bélico será sempre maior e mais destrutivamente eficiente do que as rudimentares pedras e bombas das turbas rebeldes. Mesmo se contrabandearmos armas sofisticadas, ainda seria mais plausível que o Estado isole o território insurgente e bombardeie até que não sobre um único indivíduo. Portanto, devemos imaginar a luta nas ruas como uma tática dentro de uma constelação de outras táticas, alinhadas a uma estratégia que visa um ou mais objetivos.

O que tem acontecido nas ruas muitas vezes é o oposto disso: ativistas escolhem qualquer estratégia que permitam a prática de suas táticas favoritas. E uma vez que ações são mais contagiosas que análises, é difícil escapar dessa tendência. Por outro lado, algumas táticas são a materialização de uma ideia radical. A aparente discordância com relação a algumas táticas pode esconder um conflito mais profundo e real a respeito de objetivos. Os que se preocupam mais com manter a popularidade entre a classe-média e outros grupos majoritários e privilegiados do que achar uma causa comum entre todas aquelas pessoas excluídas e que necessitam de uma auto-defesa eficiente, provavelmente não estão interessados em abolir o capitalismo e a desigualdade que ele cria, mas em manter seus privilégios.

Devemos ter o confronto físico a suas estruturas e seus agentes como apenas mais uma via – geralmente secundária – ou um catalizador. **O papel de uma insurreição pode ser muito importante para desenvolver narrativas e tomar um espaço físico e subjetivo, onde o Estado e o Mercado são expulsos e impedidos de determinar como nossas relações devem se dar.** E dentro desses territórios rebeldes, isolados no tempo e nos espaços controlados pelo Império é que surgem algumas das mais valiosas experiências de vida e resistência em comunidade, em cooperação e problematização de privilégios. É também onde soluções anarquistas florescem frente aos problemas do cotidiano, que sempre emergem quando esse se afasta do controle estatal.

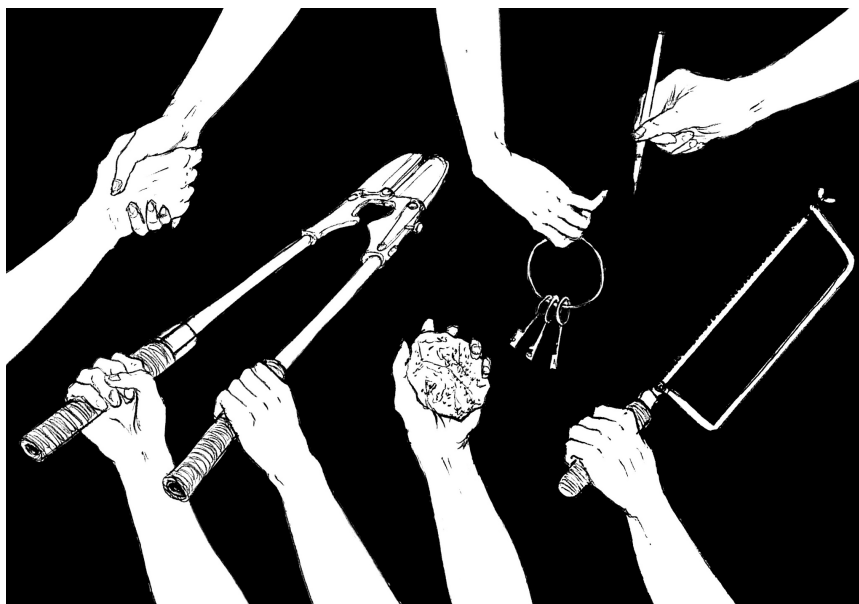
Mas ainda há o terreno político, ideológico, social e a vivência cotidiana. O Império sabe vencerem todos eles, o erro de seus oponentes é, muitas vezes, em focar apenas um dos terrenos. A escolha de um nome e um conceito como “vandalismo” é um exemplo da disputa ideológica no território da linguagem midiática e dos laços sociais para evitar adesão das massas a essa prática rebelde. Isolando os membros mais combatentes, o Império tenta garantir que as tensões radicais tenham menor aderência, simpatia da opinião pública e da precária classe média. Esse é o principal terreno em disputa: **o apoio político e material,**

necessário a qualquer luta, vindo de quem não está exatamente na linha de frente do combate ou nem mesmo se considera anarquista ou radical.

Uma pessoa pode quebrar uma vidraça ou incendiar um ônibus apenas com suas mãos e uma pedra ou martelo, mas só é possível participar de um conflito social de longo prazo se formos uma comunidade. O poder da luta social é totalmente uma questão de cultura, valores, alianças e prioridades. A guerra social acontece nesses terrenos, que são influenciados mas diferentes dos campos de batalha onde as lutas tem acontecido. Quantas pessoas vão te apoiar em um conflito? Quantas vão de fato se engajar pessoalmente nele? Se você for para prisão, sua avó vai te apoiar? Ou a comunidade que ela faz parte?

O Império não opera apenas com sua força policial e militar. Mas com a educação, a medicina, o urbanismo, a indústria, o trabalho, a religião, a gestão política de recursos e suprimentos, etc. Assim, se quisermos resistir a uma cultura assassina, devemos lutar em todos os terrenos onde estamos sendo atacados e perdendo a autonomia sobre nossas vidas. Tão importante quanto quem defende uma avenida ou praça ocupada, construindo barricadas e queimando carros, é quem carrega medicamentos e sabe socorrer quem precisa. Assim como quem cozinha e transporta suprimentos, quem organiza apoio legal, quem escreve, se comunica com outros setores da sociedade e da luta, argumenta, convida e alerta. Quem registra transmite o que acontece nas ruas. Quem gere espaços autônomos, hortas comunitárias, casas ocupadas ou centros sociais abertos para a educação libertária, medicina natural alternativa e organização da revolta. Quem organiza eventos, encontros e troca de conhecimentos e experiências, levanta fundos e quem mantém vivo o combate às pequenas polarizações, hierarquias e opressões que surgem mesmo (ou até mais) dentro de uma comunidade em rebelião.

O mais importante são as relações sociais e as redes de cooperação montadas permanentemente e não só em momentos de conflito ou sob perseguição política. Pessoas podem usar e inovar em técnicas, estratégias e modos de se organizar, lançando mão do que já existe e é mantido por pequenos grupos ou pessoas de forma permanente. Os momentos de pico (levante, ocupações, jornadas de luta) são um catalizador que podem acelerar o processo através do qual pessoas compartilham e experimentam e descobrem novas formas de agir. **Os picos servem para que uns vejam aos outros, encontrem, experimentem atuar em conjunto, aprendam com diferentes pensamentos, táticas e diferentes necessidades, compartilhem objetivos a longo prazo.** Mas os laços precisam ser mantidos e estimulados depois que a onda quebra e o movimento sofre seu natural refluxo.





vi.: A comuna

*“Fazer crescer o deserto, a estepe, não despovoá-los, pelo contrário. Se a guerra decorre necessariamente da máquina de guerra, é porque esta se choca contra os Estados e as cidades, bem como contra as forças (de **estriagem**) que se opõem ao objeto positivo; por conseguinte, a máquina de guerra tem por inimigo o Estado, a cidade, o fenômeno estatal e urbano, e assume como objetivo aniquilá-los. É aí que ela deve guerra: aniquilar as forças do Estado, destruir a forma-Estado.”*

Deleuze & Gattarri,
Mil Platôs

Após os levantes de 2013 vimos que para pressionar o Estado e seus agentes para atingir nossos objetivos é necessário manter a radicalidade das mobilizações de rua. Ou seja, alimentar a ideia de que estar na rua significa ocupar o espaço, manter a polícia e a opressão das leis longe; significa responder a violência policial em nossos próprios termos. Algumas formas de se organizar e se preparar para ação direta, bem como articular grupos e redes de afinidades que compartilham as mesmas ambições tem se mostrado presente nos principais levantes desde a virada do século. As comunas e as redes informais de pequenos grupos de afinidade permeando grandes mobilizações tem sido as formas de se organizar e agir muito eficientes quando se pretende potencializar os laços para o combate e evitar ao máximo os rastros nos mapas do Estado. Além de prover uma forma de ação independente de papéis rígidos e obsoletos ou do protagonismo de classe baseado em fórmulas de outra época que não dialogam com o presente. Sempre atuando alheio a uma grande *unidade*, seja local, nacional ou internacional, mas abrindo espaço para uma *harmonia* espontânea e uma coordenação que viabilize a autonomia e a diversidade de pensamento e ação.



A comuna é um espaço de experimentação e descolonização da vida cotidiana que tende a estreitar laços minoritários e subalternos. Um distanciamento dos **aparelhos de captura** do Estado: as *identidades*; a *capitalização* de recursos materiais ou simbólicos; o trabalho assalariado; as relações normativas e majoritárias do *casal*: heterossexualidade compulsória, monogamia, amor romântico; a *hierarquia* e a *autoridade*; a soberania do conhecimento *teórico* sobre a experiência vivida; dentre outros. A comuna pode ser vista como um **ressurgimento da máquina de guerra nômade inimiga do Estado**. Por máquina de guerra entendemos a **coincidência entre vida e combate** e sua construção se dá em movimento e através da **constante experimentação** e distante dos programas e plataformas. Uma forma de atacar e evadir, dispersar. Evitar o confronto direto e a identificação/captura.

Afinidades

“Eu não amo as pessoas. Eu amo meus amigos.”

Hannah Arendt

Para atuar com o maior nível de segurança possível é necessário **agir fora dos mapas**, encontrar seus semelhantes, compartilhar cumplicidade, evitar grandes grupos ou exposição. **É nesse sentido que são importantes os grupos de afinidade**. Nesse caso, nos referimos a grupos de amizade política e confiança, que compartilham pontos de vista comuns e interesse pelos mesmos objetivos e táticas, que desejam compartilhar tudo que é necessário para viver desde já a desordem que se quer ver no mundo. Confiança, consenso, consentimento levado a um nível pessoal, face a face e não mediado. Esse tipo de grupo é uma forma de se organizar e tomar partido em grandes momentos de mobilização que rompem com os limites institucionais de movimentos, uniões e sindicatos, ao mesmo tempo que empoderam e encorajam a participação daquelas que não teriam legitimidade para se organizar de acordo com a mitologia marxista. As contradições de dois séculos atrás mudaram e não adianta insistir em fórmulas que não correspondem com nossa realidade diversa e instável.

Esse grupos, em geral, não estão isolados entre si, mas em informal sintonia e, eventualmente, se encontrando com outros grupos pelo espaço das cidades, seja se descobrindo e colaborando durante um ato ou ação, seja estabelecendo uma rede de comunicação informal e boca-a-boca. Laços que se estreitam quando mais precisam, se dispersam quando a poeira baixa e a fumaça se dissipa mas nunca são deixados de lado para atrofiar. Nesse contextos, nenhum corpo está livre de se tornar um campo de batalha. E nossas ações devem buscar aumentar a potência enquanto corpos e fortalecer suas conexões. Para aumentar essas potências, precisamos promover bons encontros: “a partir de agora, não aceitaremos nenhuma amizade que não seja política”.

Visibilidade e opacidade

Algumas pessoas podem atuar apenas com suas comunas e grupos de afinidade, outras também podem estar em contato ou atuando em grupos maiores e maior mobilização e visibilidade. Mas é **importante que se tenha em mente quais conexões trazem mais visibilidade (isto é, riscos) para pessoas e grupos que pretendem permanecer opacos, invisíveis para o olho do poder.** Importante considerar também que, **se para algumas pessoas a visibilidade significa um risco, para outras ela é uma forma de proteção**, que significa que se forem perseguidas e presas, contarão com possíveis mobilizações em solidariedade, o que pode ser mais embaraçoso para o Estado continuar efetuando uma escalada de prisões. Por isso é sempre mais útil para ele prender quem não tem tanta visibilidade dentro dos movimentos ou mesmo na mídia e, se possível, que esteja ligada a posturas mais radicais – o principal alvo desde 2013. Portanto, estar próximo dessas pessoas com maior visibilidade pode significar que as atenções que seriam dadas a elas, caíam sobre você e seu meio. Isso é **particularmente perigoso quando essas pessoas com não dão a mínima para segurança e anonimato delas mesmas e daquelas relações com aquelas ao seu redor**, ao mesmo que tempo que as convidam para somar com radicalidade em suas ações – como vimos nos principais grupos envolvidos la “luta contra o aumento” mas entre muitos outros.

Não quer dizer que grupos com disposição para ações mais radicais e criminosas e os grupos que atuam dentro da lei e com certa visibilidade não devam ter contato. Esse contato é estratégico para atingir a maioria dos nossos objetivos, no entanto deve ser feito com respeito às necessidades de segurança de cada parte. Além do mais, total anonimato e opacidade pode dificultar para o Estado nos encontrar, mas ao mesmo tempo pode nos isolar e dificultar que novas pessoas se encontrem se tornem companheiras passem a cooperar. O governo se beneficia quando grupos radicais se isolam em cenas reduzidas e privadas pois isso impede a adesão e a formação de uma base social de apoio e dificulta a difusão a ação direta. Nosso maior desafio não é nos encarregar de táticas militares ultra secretas, mas difundir habilidades e práticas libertárias de resistência. Não há nada melhor que atividades participativas, que ofereçam portas de entrada para novas pessoas e oportunidades para grupos existentes se unirem. Da mesma forma, anarquistas precisam equilibrar as vantagens do segredo com a necessidade de circular novos formatos e energias rebeldes.

A guerra social, assim como a luta de classes, está sempre ganhando espaço: goste ou não, nascemos nisso e decidimos a todo o tempo como lutar. A questão é agir estrategicamente de forma a não lutar só. Isso é particularmente complicado no atual contexto de vigilância e repressão. Deve-se atuar em um grau mínimo de clandestinidade para que se possa resistir de forma significativa. Mas se o aspecto mais importante da resistência são as relações sociais que produzem a própria resistência, é um erro escolher formas de luta que criam bases e apoio social cada vez menores.

Se nossas bases sociais podem ficar menores à medida que os conflitos se intensificam, pode ser mais apropriado manter guerras mais brandas que não provoquem a fúria total do Estado ou então começar uma unidade de resistência popular mais ampla do que apenas um grupo de afinidade com sua galera. Isso não quer dizer deixar de lado os grupos de afinidade, mas entender que eles devem um meio para catalizar a ação popular, e não um fim em si mesmo. O Estado vai sempre preferir desacreditar e isolar grupos do que prende-los ou matá-los. Perceber que essa é sua prioridade nos leva a defender nossas relações e conexões sociais como prioridade para nós. Podem nos espancar ou nos prender enquanto indivíduos, mas o

importante é saber se manteremos vivos nossos valores e táticas.

Não estamos falando de nada novo nem de um protocolo a ser seguido. Estamos relatando uma forma de ser, estar e agir espontânea. Uma forma de se encontrar, se afetar e de compartilhar cumplicidade, solidariedade e ódio contra o poder autoritário. Vimos essa forma emergir nas ruas do Brasil, no entanto é o tipo de células e redes que estiveram por trás de muitos dos maiores levantes da história recente, em diferentes países e continentes.

Um natal na Grécia:

No dia 6 dezembro de 2008, Alexis, um jovem de 15 anos foi morto pela polícia de Atenas, na Grécia, no mesmo dia em que, mais cedo, o choque atacou uma manifestação de trabalhadores. Dentro de poucas horas após o assassinato, uma onda de protestos violentos varou a madrugada em ações que tomaram diversas cidades gregas num levante que durou o mês inteiro, marcando a história do país e dos movimentos anti-autoritários. A morte do jovem Alexis mobilizou as pessoas primeiro contra a violência policial, mas culminou numa revolta generalizada contra as condições de vida no país. O contexto de insatisfação, desemprego, descrença na polícia e no governo, que vêm rondando o país há alguns anos também serviu para encurtar o pavio da população – especialmente a juventude afetada pelo desemprego e falta de perspectivas.

Mas o levante foi muito poderoso também pela preexistência de diversas particularidades históricas e materiais do povo grego, que tem uma **tradição anti-autoritária e anarquista** consistente. Em Atenas, haviam pelo menos três ocupações anarquistas; em toda a Grécia há **pelo menos 50 centros sociais, okupas e espaços políticos anarquistas em todas as**



universidades do país, que servem de base para o encontro, a circulação de pessoas e ideias radicais e a para articulação de movimentos anti-capitalistas em geral.

Somando-se a isso, o levante contou com um **relevante apoio social de pessoas não necessariamente anarquistas** que não participaram diretamente dos protestos, mas foram fundamentais apoiando o repúdio à intervenção militar, articulando apoio jurídico e outras formas de limitar a ação do Estado. Essas conexões são importantes pois exemplificam que essa luta não é apenas uma questão de força contra força, pois se fosse esse o caso, o governo poderia simplesmente ter bombardeado todos os centros sociais e efetuado prisões em massa em todas as assembleias. Ou simplesmente usado armas letais contra a multidão armada com meras pedras e molotovs. **Ou seja, existem outros territórios e instâncias por onde é preciso estar atuar de forma permanente, e eles não desaparecem durante uma insurreição, pelo contrário: são fundamentais para sua que duração tenha o impacto esperado.** A luta por respaldo jurídico, ou como a opinião pública nacional e internacional enxergam as violações de direitos humanos e aos tratados internacionais, tudo isso conta, embora não seja determinante. Principalmente em países desiguais em uma intensa a guerra civil não declarada, como é o caso do Brasil, onde um a polícia militarizada atua sob códigos marciais e opera um combate contra seus próprios cidadãos.



Mas, é claro, para que a luta mantivesse suas radicalidade por tantos dias sem pausas nas ruas gregas foi fundamental a articulação das centenas de **grupos de afinidade totalmente fechados, baseado em uma longa amizade e confiança, articulados com grupos anti-autoritários e Black Blocs presentes em praticamente todas as cidades gregas prontas a responderem aos chamados.** Para ampliar sua comunicação, passar informes de onde ocorriam prisões e repressão, buscar solidariedade e coordenar ações, as pessoas usavam a **Indymedia** local (no Brasil, www.midiaindependente.org), que sempre foi uma útil ferramenta a disposição de movimentos radicais em geral, inclusive depois que as ruas voltaram à tediosa normalidade, quando se publicavam análises e balanços do que foi o levante de 2008.

Ao final do mês o levante se perdeu força, não conseguiu o apoio completo da sociedade que já não via hora de voltar à sua rotina entediante e devolver as ruas à normalidade. Mas os eventos mostraram quais setores e grupos são aliados numa busca por mudanças radicais. Fundamentalistas da luta de classes marxista não souberam explicar fenômenos muito simples, como os jovens dos bairros mais ricos que também atacaram os prédios da polícia e saíram às ruas em apoio aos imigrantes e a juventude pobre que estava na luta. A dinâmica de classes não importava tanto quando se tratava de solidariedade e participação na batalha por igualdade e justiça social. No entanto, a grande decepção veio dos sindicatos dos trabalhadores que cancelaram a greve geral marcada para o dia 10 de dezembro por medo de que a insurreição se generalizasse, sendo que a greve foi agendada muito antes da morte de Alexis. Muitos anarquistas na Grécia acusam o movimento sindicalista de mostrar-se mais uma vez fiel a suas lideranças, seus programas e suas instituições. E aos “trabalhadores”, “fazendeiros”, e a “pequena-burguesia” de ajudar o regime a sobreviver e trazer tudo de volta ao normal. O fato é que as pessoas ainda não estavam prontas para uma mudança social profunda ou um confronto radical com a realidade.

De volta a junho

“Em uma forma insurrecional de pensar, podemos dizer que agora, após o levante, a consciência de milhões de pessoas deram um passo adiante nesse objetivo maior da revolta. A insurreição abre horizontes. Muitas coisas que vão acontecer no futuro agora são mais possíveis depois de Dezembro de 2008.”

Void Network,
We are an image from the future

Podemos tirar alguns paralelos do Dezembro de 2008 na Grécia com o Junho de 2013 no Brasil. Um exemplo gritante foi a ausência e o silêncio dos movimentos sindicais e dos auto-proclamados “trabalhadores” – nenhuma greve se somou aos protestos até o fim de junho. O “sujeito revolucionário” das teorias atrofiadas não teve sequer a menor influência. **Num país onde quase metade das pessoas que tem algum emprego não tem sequer carteira de trabalho assinada – logo nenhum direito trabalhista ou organização sindical –, onde o trabalho informal e ilegal impera, onde o trabalho doméstico é fundado na desigualdade de gênero é invisibilizado e onde a juventude está mergulhada em empregos precários e instáveis do setor de serviços (1,5 apenas no telemarketing), o sujeito revolucionário, fruto de uma contradição apenas econômica não explica e nem oferece uma libertação a todas as pessoas que a desejam. A multidão, essa massa disforme e plural, que integra desempregados, sem-tetos, sobreviventes da violência heterossexistas, num grande corpo impossível de identificar, foi a protagonista dessas revoltas.**

Também vimos aqui dinâmicas difíceis de se explicar sob os velhos modos de enxergar da luta de classes. Vimos diversas demonstrações tanto de solidariedade com a juventude e o povo periférico das grandes cidades, como também a presença dessa juventude tomando a frente e lançando mão de uma tática antes restrita ao imaginário de subculturas urbanas de resistência que traziam uma influência das lutas radicais do primeiro mundo. **O Black Bloc não surgiu no Brasil em 2013, mas de fato foi a primeira vez que ficou conhecido.** E já de início se tornou um fenômeno que, assim como outros, veio para ficar e mudar a cara dos protestos de rua do país.



Essa disseminação fenomenal da ação direta radical, o anonimato dos rostos cobertos, os chamados em redes e a atuação de células não hierárquicas representam um marco e uma mudança profunda na forma das multidões assumirem seu poder de fazer política. Tanto que a disposição para protestar, fechar vias, tomar de assalto o espaço urbano e nele resistir se espalhou pelas comunidades mais pobres e ao mesmo tempo mais afetadas pelas intervenções realizadas para a Copa e as Olimpíadas. Protestos se tornaram mais frequentes, trabalhadores rurais, comunidades enfrentando o desalojo, indígenas exigindo suas terras e seus direitos. Todos se sentiram convidados a ocupar as ruas para pressionar o poder público e reclamar visibilidade com cada vez mais energia.

Em ambos os levantes, mesmo com diferenças consideráveis de contexto e escalas, a aprovação e o apoio social foi fundamental. Isso revela um novo ponto importante: a capacidade de criar narrativas que evidenciem o Estado e o Capital como inimigos das pessoas e que reúnam apoio e aprovação social para legitimar e fortalecer a revolta. Legitimidade é socialmente construída de forma a estar fora do alcance de quem resiste à opressão e monopolizada por aqueles no poder e controlando a mídia. Na Grécia, o assassinato de Alexis, assim como os vinte centavos no Brasil ou o Parque Gezi na Turquia, assim como uma autonomia na forma de fazer circular a informação, foram importantes para construir as narrativas necessárias para disseminar a revolta. São exemplos de que é possível achar e tornar evidente toda a sociedade a culpa do Estado e do Capital pelas violações que sofremos diariamente. E também de que é possível propor uma ideia e agir de forma a mostrar que ela é real.

Outro fator determinante para a potência do levante Grego é a manutenção dos laços necessários para a luta quando os conflitos terminam. Os espaços ocupados, centros sociais, cafés, livrarias, encontros e espaços anarquistas nas universidades são recursos materiais valiosos para a revolta. Espaços físicos onde pessoas podem reunir, trocar ideias, compartilhar habilidades e conhecimentos, recursos, e cooperar sem a pressão dos momentos de conflito são essenciais para construir novas relações sociais e tornar os chamados que convidam mobilizações muito mais consistentes.

É necessário ser convincente e atraente o bastante para convidar as pessoas que ainda não tomaram partido numa revolta. É importante que a revolta torne acessível recursos materiais e sociais que não estão disponíveis dentro do cotidiano no capitalismo. Falamos tanto de confiança, apoio mútuo, cuidado com as outras e empoderamento, mas também de recursos materiais e relações sociais que podem prover o que precisamos para viver. Assim como na Grécia, **muitas coisas que acontecerão, e já estão acontecendo, só estão se tornando possíveis depois que os levantes de 2013 ampliaram nossos horizontes.**

Desterritorializar o Estado

“A menos que supra as necessidades práticas dos participantes, o insurrecionalismo é só um passatempo caro: ativismo com acusações criminais pesadas e com uma base de apoio menor. Insurrecionários de outros tempos reconheceram isso e começaram a roubar bancos, ao invés de simplesmente quebrar suas janelas.”

CrimethInc

Diga que você quer Insurreição

A insurreição desterritorializa o espaço físico estatal e tem o potencial de desterritorializar corpos. Forçar, pressionar, empurrar para longe as instituições e relações autoritárias, **retomar e ciar um espaço liso, sem fronteiras e que, como um bom deserto, tende a se expandir sobre as cercas e muros do Império.** Pois **uma função fundamental do Estado é estriar o espaço**, ou seja, **mapear, delimitar, murar, cercar e regular o espaço que sob seu domínio.** Um levante que surge com força o suficiente pode tomar *um espaço e um tempo* das mãos do Estado, abrindo fendas para grandes experimentamos de comunização.

O mundo foi tomado inteiro pelo mapeamento e controle estatal. **Um Império que só conhece lado de dentro e onde qualquer forma de vida que não trabalhe para sua manutenção é tida como um crime a ser punido.** É urgentemente necessário tomar o espaço e nossa autonomia de volta de forma a amentar nossa potência e minar a do Império. Nem que seja uma casa para morar e nos livrarmos do aluguel, um lote vago para plantar comida, ou relações menos materiais, como um senso de comunidade que nos é alienado na vida urbana – principalmente quando compartilhamos da necessidade de buscar melhores condições de vida medidas por consumo e trabalho. Projetos como uma pedagogia que não nos forme como instrumentos de produção em um sistema desigual, ou formas empoderadoras de cuidar de nós com medicina alternativa e grupos de apoio psicológico. Tudo isso que nos fortalece perante o trabalho, a escola, a indústria médica ou de alimentos, são coisas que precisam de organização a longo prazo e não apenas de gente saindo por aí usando uma máscara e quebrando as coisas.

A história recente revela também bons exemplos de experiências comunais onde pessoas se uniram em defesa de um espaço e de suas próprias vidas, e aprenderam juntas como se defender das ofensivas do Estado para tomar de volta o controle, mas também de como suprir suas necessidades materiais e sociais quando se rompe uma relação de subordinação com as estruturas do Capital. Elas se tornam tão ou mais importantes que os exemplos históricos quando se trata de exemplos práticos pois evidenciam como relações e dinâmicas atuais tendem a funcionar e como o Capitalismo tem reagido a elas.

Por aqui para chegar à Comuna de Taksim:

“...E cada vez que há operações contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nômádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se este fosse liso (Virilo recorda a importância do tema sedicioso de 'ocupar a rua').”

Deleuze & Gattarri,
Mil Platôs



Ao fim de maio de 2013, uma semana antes das *Jornadas de Junho* no Brasil, iniciou-se uma série de conflitos na Turquia que resultaram no maior levante popular da história do país. Só a época e a relevância histórica e política já são suficientes para induzir alguns paralelos entre os dois episódios, mesmo com tantas diferenças de contexto e proporções. Os confrontos na Turquia foram muito mais radicais e marcados por uma violência ainda maior em números. Motivados por um projeto de renovação urbana que contava com a demolição de um parque no centro de Istambul e se transformaram num levante contrário a um governo democraticamente eleito (com mais de 50% dos votos), porém, em um regime totalmente autoritário. Tudo começou no Parque Gezi, vizinho à Praça Taksim, e logo se espalhou pela cidade e por todo o país.

Diferentemente dos poderosos protestos que vimos recentemente na Grécia, Espanha, Portugal e Estados Unidos, o levante turco não foi gerado por uma crise de austeridade, ou

seja, pelo corte de recursos sociais para salvar bancos e corporações como medida para estabilizar uma economia em constante crise. O levante turco foi, assim como no Brasil, um levante resultante do desenvolvimento e do crescimento econômicos de um país emergente, mas muito particular. O primeiro ministro Erdogan é conhecido por convergir um islamismo reacionário com um neoliberalismo desenvolvimentista bastante agressivo. Ao mesmo tempo que resgata tradições arcaicas, impõe um desenvolvimentismo econômico e infraestrutural. Privatizando e vendendo o que resta de recursos públicos enquanto o desemprego continua em alta, se empenhando em mega-projetos, como uma ponte ligando dois continentes, a demolição e o replanejamento de várias partes das cidades para empreiteiras lucrarem com a construção civil e em seguida novos negócios se estabelecerem no local. Na capital Istambul um audacioso projeto de renovação e gentrificação previa desmatar parte do Parque Gezi e remodelar a Praça Taksin para abrigar shopping centers e ser uma “zona de pedestres”, dentre outros projetos para os ricos. No entanto, Erdogan parecia ignorar a relevância histórica e política do local para a população.

A Praça Taksin é um tradicional ponto de encontro de mobilizações sociais, protestos de primeiro de maio, e carrega um peso histórico de ter sido palco de diversas lutas sociais e massacres. Lá estudantes foram enforcados em 1977 como inimigos do Estado durante o regime militar por protestarem em um primeiro-de-maio. Em outras manifestações ao longo do mesmo ano, 34 pessoas foram baleadas e mortas por paramilitares. Exatos 30 anos depois, em 2007, a esquerda organizou um grande protesto em memória dos mortos de 1977, mas o governo tentou impedir o protesto e radicais resistiram com pedras e molotovs. Nos dois anos seguintes, mais protestos, confrontos e resistência do povo contra a polícia marcaram os primeiros de maio.

Então, no dia 28 de maio de 2013, ativistas já se prendiam em árvores para impedir que fossem cortadas e no dia 31 o levante explodiu, ecoando por todo o planeta. A primeira coisa a chamar atenção por aqui foi que a polícia turca utilizava bombas e munições fabricadas no Brasil para reprimir a população numa série de operações que, ao fim do levante, resultaram em pelo menos 6 mil pessoas feridas – sendo 10 cegas – e mais de 10 mortes. Mesmo assim, muito pouco se falou sobre as experiências de vida comunal, resistência e auto-gestão que tomaram lugar na ocupação dessa área central de Istambul que durou 10 dias.

Entre o primeiro e o dia 10 de junho, todas as ruas e avenidas que levavam à Praça Taksim foram tomadas por barricadas para se defender da polícia. Em grandes avenidas era possível ver até 12 barricadas, muitas com mais de três metros de altura, usando materiais de construção, lixo, ônibus e veículos da mídia corporativa. **Como em muitas outros levantes populares, as barricadas baniram a presença do Estado da área e abriram espaço para que novas e inimagináveis relações sociais pudessem surgir e tomar forma.** Placas no caminho indicavam “Por aqui para chegar à *Comuna de Taksim*”.

A região era tradicionalmente muito frequentada por pessoas de todas as idades, mas conhecida por ser uma zona boêmia. **Chamou atenção o fato da violência urbana ter caído significativamente com a tomada da praça pelas pessoas e a expulsão da polícia de toda a região.** Sem o Estado, a população praticava a solidariedade, cooperação e luta contra a repressão, deixando relações nocivas e competitivas de lado. **Mulheres, que compunham ao menos metade (se não a maioria) das pessoas presentes, ressaltaram a queda de violência sexista, abusos e assédios. Muito disso devido a sua participação, juntamente com queers e outras pessoas, inclusive intervindo sobre gritos de guerra e pichações sexistas e homofóbicas.**

Um curioso caso envolveu as torcidas organizadas de futebol, queers, feministas e o movimento LGBT, que também se destacou pela presença politicamente atuante e combatividade nas ruas. As torcidas dos maiores times de Istambul, historicamente arqui rivais, se uniram na luta pela resistência pela Praça Taksim, e foram responsáveis por muito da energia nos confrontos contra a polícia. No entanto, foram também responsáveis por muitos gritos e grafites com mensagens sexistas e homofóbicas que conhecemos bem. Feministas e queers combateram isso de uma forma transformadora para as pessoas ali, gritando de volta respostas anti-patriarcais e pichando sobre os grafites com xingamentos machistas. Como resultado, essa série de intervenções e debates levaram alguns torcedores à frente de um escritório de uma das maiores organizações LGBT que, assim como muitos grupos e organizações sociais e de esquerda, ficava em um prédio próximo a região do Parque Gezi. Lá disseram que reavaliaram suas posturas e as mensagens sexistas e homofóbicas que vinham passando, tento absorvido isso da sociedade e reproduzindo-as sem questionar seu conteúdo. Disseram que vão tomar posturas diferentes contra isso e para selar seu pedido de desculpas, deram de presente à organização um escudo do choque.

Esse episódio resume muito bem o contexto de convergência entre tantas pessoas, grupos, organizações e comunidades de diferentes trajetórias que nunca se imaginaram lado a lado numa barricada e que se uniram em um lugar e fizeram de suas causas uma luta comum. E para defender esse espaço, era preciso estarem em contato e em constante questionamento e revisão de suas próprias atitudes. Até mesmo conflitos étnicos foram deixados de lado quando as pessoas se uniram contra o partido e Erdogan e a polícia. Nos prédios ao redor da praça tomada era possível ver bandeiras da turcas juntas de bandeiras da PKK, uma poderosa guerrilha curda. Alguns disseram ser esse o verdadeiro processo de paz entre o país e a o povo Curdo, historicamente em luta contra a xenofobia e sofrendo as consequências de serem migrantes e refugiados em um país que normalmente os hostiliza.

O clima marcante dentro da comuna de Taksim era o bom humor, o otimismo e a positividade. Até mesmo as barricadas eram pichadas com frases engraçadas e piadas com figuras políticas ou até teóricos anarquistas. Manifestantes estavam sempre criando sátiras e memes a serem compartilhados na internet. O bom humor ajudava a manter a união e aliviar a tensão e afastar o medo da violência policial.

O espírito anti-capitalista e anti-autoritário era visível na cooperação envolvida em cada construção. Materiais corriam de mão em mão, por jovens, mulheres, homens, idosos. Muitas barricadas foram construídas assim. Ao seu lado, uma tenda com água, pedras e até abrigo para vigilantes descansarem. Cooperações inusitadas apareciam, unindo pessoas de classes e papéis muito diferentes. Camelôs e ambulantes que trabalhavam na região passaram a adaptar seus negócios e muitos eram os que vendiam máscaras de gás. Em um momento, comerciantes e estabelecimentos não-simpáticos à ocupação tinham de cooperar ou sofrer as consequências. O dono de uma loja de kebab, comida típica árabe, postou no Facebook sua indignação com os “cães que tomaram conta da região”. Minutos após seu post a loja foi reduzida a destroços. Até mesmo a Starbucks acabou dizendo à imprensa que apoiava a resistência e alegou que sempre iria fornecer suporte. Logo depois foi atacada por não cumprir o que foi dito. Mas muito apoio foi de fato dado por membros da burguesia, principalmente em infraestrutura. Empresários forneceram materiais para enfermarias improvisadas, uma empresa de telefonia levou veículos que funcionavam como antenas para receber e transmitir o sinal necessário para comunicação via e-mail, tweets e mensagens de celular. Em suas vans era possível ver escrito “estamos aqui para contribuir para sua comunicação” – talvez uma forma de evitar que fossem incendiadas. O motivo por trás desse apoio, no entanto, é compreensível se contarmos que muitos liberais e progressistas nas elites

viam no tradicionalismo islâmico de Erdogan uma ameaça a suas liberdades modernas. E viram no levante de Gezi uma oportunidade. Esse fato revelou uma certa falha das mobilizações em Gezi quanto a firmar uma força anti-capitalista, mesmo com muitos grupos anti-capitalistas envolvidos.

Sem líderes



O movimento na Turquia também foi um movimento sem lideranças, sem movimentos sociais e organizações tradicionais à frente. Os poderosos se viam frustrados em não conseguir encontrar líderes ou representantes com quem negociar e sabotar o movimento. Essa ausência de lideranças desenvolveu uma estrutura de decisão coletiva que foi talvez sua principal força. Os objetivos extrapolaram a preservação do parque e denunciaram uma *crise de representação*. A organização da comuna era totalmente espontânea. Pequenos grupos de amizades armaram as primeiras tendas para se fixar, e logo depois a região foi tomada por tendas e barracas de quase todos os grupos de esquerda, sociais e ativistas da cidade. Tudo funcionava com base no apoio mútuo e pessoas que nunca imaginaram um mundo sem polícia se surpreendiam com o clima harmonioso nesse território livre das garras do Estado. Assim como em muitos acampamentos do movimento Occupy, lojas grátis, bibliotecas, espaços para oficinas, enfermarias, várias cozinhas, espaços multimídia para produzir e transmitir conteúdo e muito eventos culturais preenchiam e enriqueciam o espaço.

As assembleias gerais eram descentralizadas e funcionavam como uma continuação das reuniões e demandas dos grupos de afinidades menores. No palco central havia um microfone aberto onde as pessoas podiam subir para falar do que quisessem. O caráter de ocupar uma parte da cidade e torná-la aberta a quem quer que seja para se juntar e construir em conjunto **novas relações** com as pessoas e o espaço foi fundamental para **dissociar a ação política** e o “protagonismo” de uma identidade engessada, como “trabalhadores”

ou “estudantes” – categorias identitárias simplesmente inacessíveis para crescente parcela da população no novo capitalismo – e abrir espaço para ação e a livre associação rebelde independentes do seu papel na máquina imperial.

Como sempre, o partido do governo tentava fragmentar a união da comuna espalhando mensagens distorcidas para criar uma divisão entre os chamados “provocadores” (isto é, aqueles que revidam quando a polícia ataca) ou os grupos “marginais” (esquerdistas e radicais). O já conhecido esforço para criar uma minoria deslegitimada a ser reprimida, para então, suprimir todo o movimento. No entanto foi difícil para Erdogan manter seu esforço de polarizar a sociedade e voltar a opinião pública contra a resistência do Parque Gezi. Toda vizinhança dos bairros centrais viam pessoalmente a truculenta e desproporcional ação da polícia ao mesmo tempo que a internet era inundada de imagens e relatos da repressão que manchava a imagem do governo de Erdogan.

A falta de aceitação do movimento em apontar representantes e porta-vozes para a armadilha disfarçada de negociação com o governo foi seguida por uma ofensiva ainda mais violenta do Estado para retomar o Parque. Depois de quase tomar a praça num violento ataque no dia 11 de junho, o Estado atacou a praça novamente quando ninguém esperava. Durante um festival que contava com a presença de muitas crianças e idosos a polícia entrou destruindo tudo e atacando a todos. A cidade explodiu em raiva mais uma vez, vizinhos se juntaram à resistência e abrigavam pessoas em suas casa, xingando os policias das janelas dos prédios.

Um movimento tão novo e com pouca experiência em atuação nas ruas, repleto de jovens que se mobilizavam pela primeira vez teve dificuldades de lidar com suas multidões sob os ataques da polícia. Cada noite era uma grande tensão, pessoas usavam capacetes, máscaras, e escreviam o tipo sanguíneo na roupa. Sua determinação era incrível. Mas **o mais importante é que toda uma geração pode se encontrar e começar a sonhar juntas o que podem alcançar juntas.**

Novas relações

“Reapropriação, assim sendo, do espaço: a okupa, a ocupação ou comunização de espaços privados. Reapropriação do comum: a constituição de linguagens autônomas, sintaxes, meios de comunicação, de uma cultura autônoma – arrancando a a transição da experiência das mãos do Estado. Reapropriação da violência: comunização de técnicas de combate, formação de forças de auto-defesa, armas. Finalmente, reapropriação da sobrevivência básica: distribuição do conhecimento e poder medicinais, roubo e técnicas de expropriação, a organização progressiva de uma rede autônoma de suprimentos.

Tiqqun,
This Is Not a Program

Em cada horta ou tenda médica; cada debate sobre sexismo e homofobia; ou na construção de cada palco ou barricada as pessoas estavam vivendo relações totalmente diferente das do cotidiano comum em qualquer cidade moderna. E essas relações emergiam em cada ação como uma forma de resistência a um poder hegemônico econômico e político. Esse é o espírito fundamental da comuna como máquina de guerra. Fazer de cada gesto uma forma de cuidar de si e das outras pessoas frente a um poder que tenta eliminar qualquer sombra de desobediência. Não buscar na estrutura uma forma de se incluir, mas sim uma forma de

destruir toda a estrutura. Isso é uma batalha que tem como palco cada indivíduo e seus semelhantes. Escalando até o conflito político ou físico entre as comunas e os agentes do Império pelos territórios que queremos proteger.

Tão inesperado quanto, o levante no Brasil também foi marcado por violência policial e o uso indiscriminado dessas armas ditas “não-letais” que matam e mutilam. Demonstrações de solidariedade e apoio entre os povos de ambos os países circulavam pela internet. É difícil pontuar exatamente como e em que medida um levante influenciou o outro, mas podemos traçar alguns paralelos mais óbvios, inclusive com movimentos anteriores.

A resistência no Parque Gezi e na Praça Taksim empregaram amplamente formas de organização e estruturas iguais ao do movimento Occupy. As formas de divulgação e organização política são frequentemente comparadas às da primavera árabe de 2011. A inegável influência imediata do levante turco sobre as lutas de junho no Brasil foram visíveis tanto com manifestantes compartilhando maneiras de neutralizar bombas de gás *made in Brazil* quanto nas frases e gritos de guerra adaptados que lá diziam não se tratar de “apenas por algumas árvores” mas sim uma revolta contra um governo autoritário e o próprio sistema democrático, aqui transformado na balela do “não são só 20 centavos”. O problema está na forma como isso foi importado para o Brasil, atendendo à pautas direitistas e da embriagada classe média branca. Isso levou às mobilizações o risco de perder totalmente o foco da luta contra o aumento da passagem para pautas genéricas anti-corrupção, contra o PT e outras tradicionais causas inofensivas e úteis para a elite.

Na Turquia a ampliação do discurso que motivava os confrontos ampliava a luta contra um governo autoritário, contra a democracia representativa, contra as forças policiais em si, contra o projeto urbanístico e juntava as pessoas para ações em favor de ocupar a cidade e torná-la um espaço gerido pelo e para o povo; **enquanto isso, no Brasil, radicais, anarquistas e autonomistas não conseguiram ampliar a crítica ou difundir de forma mais ampla uma radicalidade além do discurso do “acesso à cidade” e correram o risco de ver a luta se tornar um caldeirão de causas inviáveis a curto prazo para a classe média brincar de ativismo no Instagram e a direita espreitasse o momento para inserir suas pautas.** A radicalidade ficou por conta da ação meio desorientada de Black Blocs, durante e depois de junho. Enquanto o MPL lutou para manter a pauta da luta contra o aumento e frente a temas genéricos e sem vitória possível, batendo na tecla de que “a luta é contra o aumento”, não se sentindo à vontade para uma ampliação da luta que extrapolasse o foco da existência do movimento. O que estrategicamente foi interessante para barrar o aumento, beneficiando os bolsos de todos nós e abrir espaços para as multidões mostrarem que podem atingir seus objetivos se aceitarem assumir alguns riscos. No entanto, ficou claro que para um movimento, que a princípio se atém a reformar e incluir mais gente numa estrutura desigual, não é possível atingir seus objetivos mostrando abertamente uma face mais radical e anti-capitalista, pois isso seria hostil para a estrutura e seus agentes se sentiriam ainda mais livres para não negociar e apenas isolar e reprimir o movimento.

Não se pode, naturalmente, esperar muita radicalidade de movimentos como esse, mesmo trazendo um caráter autônomo, horizontal e tendo herdado um passado de lutas anti-capitalistas, como as lutas anti-globalização. Seu discurso de opacidade nivela autonomistas, anarquistas, estudantes, esquerdistas das mais diversas laias numa ação que pode ser muito útil para viajar mais barato ou até de graça pela cidade. Mas **infelizmente, o trabalho, a moradia, o espetáculo e a miséria de nossas vidas serão as mesmas se as pessoas que querem empurrar a revolta para um outro nível, que destrua essa forma de vida e que não nos leve apenas ao um outro mundo, mas que garanta o fim deste mundo, não se organizarem e assumirem claramente qual é sua postura – anti-capitalista, anti-**

autoritária e de combate a todas as formas de hierarquias, supremacias e privilégios –, seus objetivos a curto e longo prazo e seus riscos. Só assim poderemos encontrar e potencializar os laços entre aquelas que compartilham e querem viver a radicalidade da luta contra o Império. Do contrário, corremos riscos semelhantes aos de camaradas anarquistas na Ucrânia que viram as ruas sendo tomadas por grupos conservadores e fascistas, enfrentando o Estado e seu aparato com as mesmas ferramentas que grupos libertários e radicais empregam em suas lutas, visando objetivos que desde o início já eram muito duvidosos. Chamados serão feitos. Cabe principalmente a quem responder fazê-lo com o poder e as intenções necessárias para ampliar a revolta para caber nela tudo o realmente importa.

vii.: Enxergar o inimigo para atacá-lo

“A ditadura perfeita terá as caras de uma democracia, uma prisão sem muros, na qual os prisioneiros não sonharão sequer com a fuga. Um sistema de escravidão onde, graças ao consumo e ao divertimento, os escravos terão amor à sua escravidão”

Aldous Huxley

Para nós é quase impossível tornar visível a responsabilidade do Estado sobre suas ações contra o mundo e seus povos. **Porém, é muito fácil para o Estado culpabilizar e condenar qualquer indivíduo ou grupo por suas ações, ou mesmo pelas consequências sociais das operações do próprio Estado e das corporações.** O discurso hegemônico convida o senso comum a responsabilizar o indivíduo e mantê-lo impotente. Se a bairros são destruídos pela chuva e enchente, a responsabilidade é de quem joga seu lixo em via pública ou quem “escolhe” construir sobre o barranco, e não de um projeto de urbanização que pavimenta e impermeabiliza todo o solo, impedindo a absorção e o escoamento das águas, que gera especulação e torna impossível para os pobres morar bem. Por sua vez, o lixo e os detritos gerados pelas pessoas em suas residências são o alvo de campanhas por coleta seletiva e reciclagem como uma solução para a sustentabilidade. Mas ninguém fala do fato de que o lixo residencial corresponde a menos de 3% dos resíduos produzidos, enquanto mineração, agropecuária e indústria são responsáveis por mais de 90% desse total. Para justificar a pobreza e a exclusão de grandes camadas da sociedades, é tentador e muito útil para os privilegiados, julgar a incompetência das pessoas em se capacitarem e se posicionarem melhor num mercado de trabalho. A mesma lógica vemos quando culpabilizam uma mulher pela agressão sofrida por usar determinada roupa ou ter algum comportamento ao invés de responsabilizar o machista agressor. Há um grande esforço em se desviar a atenção dos motivos pelos quais nossa sociedade é fundamentalmente desigual e violenta.

Ouvimos falar recentemente em uma “crise de representação”. Mas também ouvimos, tanto da mídia quanto do senso comum, que o “povo é único o responsável pelos políticos que tem” por não “saber votar” ou não se interessar realmente por “saber de política”. Como se fosse nossa a culpa o fato de que sejam eleitos apenas figuras dos partidos que conseguem financiamento de bancos, empreiteiras, multinacionais e outras corporações para campanhas maiores e mais poderosas, para eleger famílias de políticos que estão se revezando no poder há mais de 40 anos. Esse tipo de pensamento nos leva a crer que o sistema em si é aceitável, quando não é, e que basta alguma reforma ou “gente honesta no comando”.

O Império comanda com a cooperação entre Estados e corporações nada democráticas, cujos líderes não elegemos e cujas decisões não podemos opinar, que trabalham para a manutenção

do controle dos fluxos de poder na sociedade. Todas essas corporações investem dinheiro, que chamam de “doação”, como se fossem um direito democrático, um apoio neutro. Mas sabemos que **quando empresários colocam dinheiro em algum lugar, eles esperam um retorno**. Ou seja, é um investimento. E isso não é nada equiparável a participação da sociedade civil através do voto. Existem níveis de poder concentrado que trabalham para se manter hegemônicos. Uniformizando e padronizando as formas de produzir, explorar o trabalho e criar mercados, ele nos convence a contribuir para a criação de **um único território global através do qual toda a atividade humana é controlada por seus serviços e produtos industriais**.

Essa dificuldade que temos em encontrar a verdadeira raiz dos problemas criados pelo Império tem a função de nos manter **mirando em alvos falsos**. Estaremos atacando soldados de areia enquanto os de verdade estão nos atacando pelas costas e nos mantendo prisioneiras. Se acharmos que podemos mudar uma sociedade politicamente através do teatro da democracia, através do voto e da legitimidade de suas instituições, se aceitamos que realmente há um contrato social a qual todas devemos nos submeter, então estaremos condenadas a jamais sair dessa prisão.

Enquanto nos sobra a alienação de um conhecimento limitado e de uma ação política inofensiva, teremos uma classe impondo suas medidas de cima para baixo, sem qualquer conexão com o que queremos ou precisamos. E a culpa por vivermos nesse cenário desolador é toda de quem está no poder. Nossa responsabilidade é apenas a de trazê-los abaixo e mostrar que a democracia é apenas uma ditadura do capital. Um lobo em pele de cordeiro. *O mestre permite aos escravos responder apenas às perguntas que os mantém na condição de escravos.* Se quisermos encontrar respostas que realmente nos favoreçam, então **precisamos assumir alguns riscos e pautar a discussão em nossos próprios termos e naquilo que realmente importa para nossa vitória contra esse regime.**



viii.:Contra a Democracia, Contra o Leviathan



O Brasil ainda sofre com a ferida não cicatrizada da última Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que só acabou para a classe média branca, mas perdura nas vilas, nos bicos, favelas, ocupações, nos campos e nas prisões. Mas o golpe não foi feito apenas por generais, seus exércitos e armas, nem nos deixou como legado apenas um Estado policial que vigia seus cidadãos como a inimigos internos. O regime se sustentou no apoio de empresários, fazendeiros e da imprensa organizados contra trabalhadora, sindicatos, ligas camponesas e contra a liberdade de expressão e de informação. Todos saíram ganhando quando os oficiais constrangidos aceitaram, quase que de boa vontade, a “abertura política”. Se por um lado os militares não pagaram por seus atos, do outro, os empresários, latifundiários e os veículos de comunicação que cooperaram com o regime saíram-se muito bem e ainda gozam da prosperidade alcançada por sua cumplicidade.

Até hoje, toda vez que mobilizações, tensões ou conflitos denunciam e confrontam a miséria de nossas vidas com a urgência da luta social, ouvimos sempre vozes, da mídia aos governantes, da esquerda à direita, que insistem em frisar que toda luta é válida desde que conserve os “valores e direitos conquistados com consolidação da Democracia”, além de sempre reafirmar o quanto devemos nossas liberdades de hoje à conquista das lutas pela abertura política e aos “heróis” que lutaram por ela.

Democratizar já virou sinônimo de tornar *inclusivo*, acessível a qualquer pessoa. E isso se tornou bandeira da maioria dos movimentos e setores em luta por direitos: sindicatos buscam uma forma mais confortável de inserção no mercado, a esquerda quer se incluir na política formal para implementar suas medidas. Ambos são parte do problema que queremos encarar porque legitimam as instituições do Império e pretendem integrá-las ao invés e aboli-las desde já, rompendo com sua influência ao longo do processo. E, geralmente, movimentos que demonstram se contentar com a inclusão de membros da sua classe, cor ou gênero, que os represente e desempenhe algum papel de poder no sistema político e econômico, são os mais fáceis de se cooptar. Se o outro mundo que queremos criar aqui e agora não fizer parte do meio para chegar até ele, nos provendo a igualdade e a justiça que tanto reclamamos, estaremos derrotando a nós mesmas desde o início, fazendo do processo um jogo político tão hierárquico, alienante e não-participativo quanto a política que controla esse mundo.

Presenciamos última desilusão política nacional com os 12 anos de esquerda no poder. A era Lula manteve o projeto neoliberal de seus antecessores e o aprimorou com o que a esquerda sabe fazer de melhor: *inclusão econômica*. A esquerda petista combinou a fama de amiga dos pobres com a de parceira dos banqueiros e empreiteiras. Aumentou o acesso a renda e crédito, alavancou uma massa empobrecida para a única forma de inclusão realmente útil para as elites: a do consumo. O resultado contou com a precarização do trabalho (especialmente para a juventude), a ofensiva das políticas neoliberais na gestão das cidades, a paralisação da reforma agrária, aumento da violência no campo, crescente criminalização dos movimentos sociais, embrutecimento da polícia militar com operações literalmente de guerra em favelas e a presença de milícias perpetrando chacinas nas periferias. A máscara democrática esconde um permanente estado de guerra e as lutas de junho de 2013 contra o aumento da passagem, os mega-eventos e as remoções só trouxeram à superfície a face dessa política social que só as favelas, o campo, as prisões e os mortos conhecem bem.

A regra será apenas uma série de exceções

A brutalidade desproporcional da violência policial que marcou os levantes de junho de 2013 não é nem um pouco novidade, apenas foi exposta a exaustão para quem não estava acostumado a encará-la diariamente. E, claro, que não foi por conta da mídia mas das próprias pessoas registrando e compartilhando tudo o que viam nas ruas. As leis e protocolos que regulam os cidadãos e a conduta da polícia deveriam valer, dentro da imaculada Democracia, da mesma forma para todos. Mas sabemos que isso nunca ocorreu. A ilegalidade das ações policiais que atacavam manifestantes desarmados e gritando por não-violência ao fim dos primeiros atos nos remete às operações ilegais nas favelas, perpetrando abusos, roubos, violações e extorsões. Assim como nas operações de desalojo e reintegração de posse, onde pessoas são obrigadas a deixar suas casas através da tortura, abuso sexual, dano e roubo de seus pertences para serem largadas sem o menor auxílio do Estado.



Em 2012 a desocupação do bairro do Pinheirinho, em São José dos Campos, interior paulista, chamou atenção pela irregularidade da ordem de reintegração de posse, assim como pelo escândalo de corrupção e violência policial que marcaram suas história. O terreno estava abandonado desde 1990, quando o seu proprietário, Naji Nahas declarou falência. Quando foi ocupado em 2004, o imóvel já devia milhões em impostos e Nahas já era conhecido por escândalos envolvendo lavagem de dinheiro. O bairro contava já com ruas, eletricidade e água, abastecendo 1600 famílias quando foi ameaçado de despejo. Moradores demonstraram disposição para resistir e a imagem de mulheres e homens armados com escudos e paus ficou famosa no mundo todo. O pedido foi negado pelo Tribunal Regional Federal, mas ignorado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Quando os moradores já não contavam com a reintegração de posse, uma operação da polícia comandada por Geraldo Alckimin atacou a comunidade, ferindo ao menos uma pessoa com arma letal, ferindo 500 com balas de borracha, bombas e golpes diversos, destruindo casas e os pertences de moradores que tiveram que sair, em muitos casos, apenas com a roupa do corpo. Foram dezenas de denúncias de estupro e abusos sexuais cometidos por agentes da ROTA e muitas pessoas continuam desaparecidas após a ação policial. Milhares de pessoas foram largadas à sua própria sorte enquanto um empresário corrupto teve de volta sua propriedade, que permanece sem função social e acumulando dívidas.

A “era democrática” nunca chegou para as prisões e para os pobres. Ainda sofremos torturas, aprisionamento, morte e censura. Essa é a forma de operação padrão da polícia no Brasil e a quem ela serve. Quem não vê ou reconhece esse fato está, provavelmente, tão protegido por seus privilégios de classe, cor e gênero que não sente ou nem ao menos consegue visualizar a violência imposta pelo Estado e pelo Capital. **Foi assim no Pinheirinho, mas ainda é nas ainda rotineiras operações militares nas favelas e nos ataques de milicianos nas periferias. Foi assim nos massacres de Eldorado dos Carajás, em Corumbiara, no Carandiru, na Candelária e em Vigário Geral. Foi assim com Amarildo e também com Cláudia no Rio de Janeiro. Tem sido e continuará sendo com as obras e as políticas implementadas para a realização da Copa do Mundo.** É preciso encarar que há uma política e uma prática de guerra organizada contra a população e todas aquelas que se colocam no caminho do progresso ou que sobram dele. As leis que regulam os protocolos de conduta da polícia ou os procedimentos judiciais não são seguidos pelas autoridades que em tese as representam. **Quebrar as leis só traz consequências para quem não tem poder. Para os poderosos, quebrar suas próprias leis é apenas mais um procedimento justificável para a instauração e manutenção de seu autoritarismo.**

O contexto de recrudescimento das leis, assim como o uso de Leis de Segurança Nacional da era da Ditadura, a possível instauração de leis anti-terrorismo e o recém-aprovado Decreto de Lei e Ordem indicam que os mega-eventos se tratam apenas de dispositivos para fortalecer os aparelhos de controle estatais que viabilizam e estimulam a atuação soberana das empresas e corporações. O resultado já podemos sentir: **os Estados vem se tornando quase que exclusivamente uma força policial que garantirá globalmente o controle e a contensão necessários para o Capital e suas corporações imponham regras, circularem livremente e lucrarem cada vez mais com seus monopólios e cartéis.** Tudo isso pode ser entendido como mais uma ofensiva de um grande projeto neoliberal de cidade em escala global, voltada para a produção, consumo e circulação de produtos e a força de trabalho necessária para sua realização. Vemos um aparato legal montado para criminalizar movimentos sociais pautado em definições totalmente subjetivas, como “forças oponentes” para caracterizar movimentos sociais, ou “causar pânico” ou “provocar ou instigar ações radicais e violentas” para qualquer manifestação ou protesto, contra os quais o governo autoriza a atuação das Forças Armadas; tribunais de exceção montados para atender casos durante a Copa; a suspensão do direito de

greve; o enquadramento de ações como o bloqueio de vias nas leis anti-terrorismo; além de justificar a compra de equipamentos, como canhões d'água, drones, armas menos-letais – capazes de aleijar e também matar –, além de treinamento para conter os chamados “distúrbios civis”. Tudo isso articulado com a cooperação das forças policiais mais repressoras do mundo, como a francesa e a israelense. Esse tremendo aparato legal, tecnológico e bélico só precisava de uma porta de entrada para se instalar permanentemente e se tornar o verdadeiro e principal legado dos mega-eventos. Só a tomada de consciência dessa situação nos permite também pensar formas de nos organizar para resistir e lutar oferecendo, talvez, a única forma de sobrevivência e superação desse regime.



"Distúrbio civil é quando há quebra da ordem. Por exemplo, quando colocam fogo em carro ou na via pública, quando destroem o patrimônio público ou privado"

Capitão Sérgio Marques, porta-voz da PMSP.

ix.: Capitalismo é o crime mais bem organizado



Assim como no caso da violência, o Estado e o capitalismo não enxergam qualquer crime ou atividade ilegal como uma ameaça. Pelo contrário, muitos deles são necessários e complementam seu poder de operação. Esse sistema autoritário é mantido pelas leis, pela legitimidade da violência que mantém o vigor dessas leis, mas também da legitimidade que o Império tem em quebrar e operar fora de suas próprias regras. Engana-se quem pensa que é possível separar capitalismo, mercado, o Estado, as corporações e o sistema financeiro do crime organizado – ou nem tão organizado assim. Não é só a propriedade e o lucro que são um roubo numa visão anarquista, mas o próprio mercado considerado ilegal pelo sistema vigente é uma das grandes fontes que sustentam esse sistema e seus bancos, empresas, instituições financeiras e a economia dos Estados. Segundo a ONU e o FMI são lavados por ano mais de 600 bilhões de dólares em paraísos fiscais do mundo todo. A maioria deles se encontram em países desenvolvidos como Suíça, ou em microterritórios extremamente ricos, como as Ilhas Caimã na América Central, onde bancos operam com legislação fiscal frouxa, praticam receptação anônima de capitais, sem exigir comprovação de procedência ou arrecadando impostos de renda. Se por um lado um vemos uma guerra sangrenta contra as drogas ilícitas na América Latina encabeçada pelo imperialismo americano e justificando intervenção militar, assim como uma guerra interna no Brasil e em muitos outros países diante do mesmo “inimigo”, por outro vemos a total conivência e compreensão com países e instituições financeiras que aceitam receber e lavar o dinheiro proveniente desse mercado considerado ilegal, mas também de empresários comuns que simplesmente preferem escapar da taxações de seus próprios países.

As mesmas regras econômicas valem para tanto para os mercados ilegais quanto para os legais, produzindo as mesmas concentrações de poder. Cartéis de narcotraficantes funcionam numa estrutura similar a das empresas legais, mas temos a impressão de que são mais violentas. O aparato estatal, no entanto, é uma versão maior e mais centralizada das máfias. E o mercado ilegal não é necessariamente mais violento que o resto do sistema econômico: o que pode ser mais violento que o sistema prisional, a tortura como instituição policial, os “autos de resistência”, o genocídio da população negra e periférica, os desalojos, as reintegrações de posse, a agressão ao meio ambiente e aos povos originários? Tudo que nos choca quando cometido pelo crime organizado é rotineiramente cometido pelo Estado, mas de tão frequente se tornou invisível.

As desigualdades da lei garantem sempre pesos e medidas diferentes para beneficiar quem já concentra poder: se você não tiver como depositar seu dinheiro num paraíso fiscal, a Receita

Federal vai te por na malha fina ou na cadeia; se você não for a Coca-Cola não vai poder comprar coca legalmente – leis vão dizer que cocaína faz mal para a saúde, mas não vão impedir o comércio de cigarros e álcool. Prostituição pode ser criminalizada, mas sempre haverá uma “casa de massagem” operando livremente. O consumo de combustíveis fósseis é um dos mais destrutivos, tanto para o planeta quanto para nossa saúde, e não há a menor chance dele se tornar ilegal.

Reforçar a proibição de alguns nichos ou produtos também abre oportunidades de lucros ainda maiores. Em ambos os mercados, a principal lógica é a dos riscos dos investimentos comparados ao retorno que eles podem dar. Cada pessoa ou organização vai ter seu nível aceitável de riscos mas se um sistema ilegal que funciona muito bem para as classes dominantes começa a entrar em conflito e prejudicar com o resto da economia, as leis poderão ser alteradas para garantir que os lucros sejam maior que os prejuízos. Por exemplo, as facções criminosas e os cartéis de narcotraficantes se tornaram tão poderosos que podem desafiar alguns estados com seu poder de fogo, o que gera um custo cada vez mais alto para a “guerra às drogas” e mostra quão inúteis são as campanhas contra o consumo de entorpecentes. Não é coincidência que nunca se discutiu tanto a legalização das drogas como hoje em dia.

Claro que o maior peso repressivo que recai sobre os mercados ilegais não atinge quem está no topo. Para muitas pessoas o tráfico de drogas pode oferecer oportunidade econômicas que nenhum outra atividade legal jamais lhe daria. Mas a legalização das drogas também não significaria uma inclusão para elas, uma vez que os monopólios iriam operar de forma a centralizar o controle e os lucros, como em qualquer outra indústria. O capitalismo ilegal não é em si uma saída que nos permite viver para além do capitalismo. É apenas sua outra face, sem a lentidão burocrática e as formalidades e etiquetas das relações econômicas legais. Nossa única opção ainda é resistir a formas hierárquicas e autoritárias de se relacionar e impor uma economia de escassez criada.



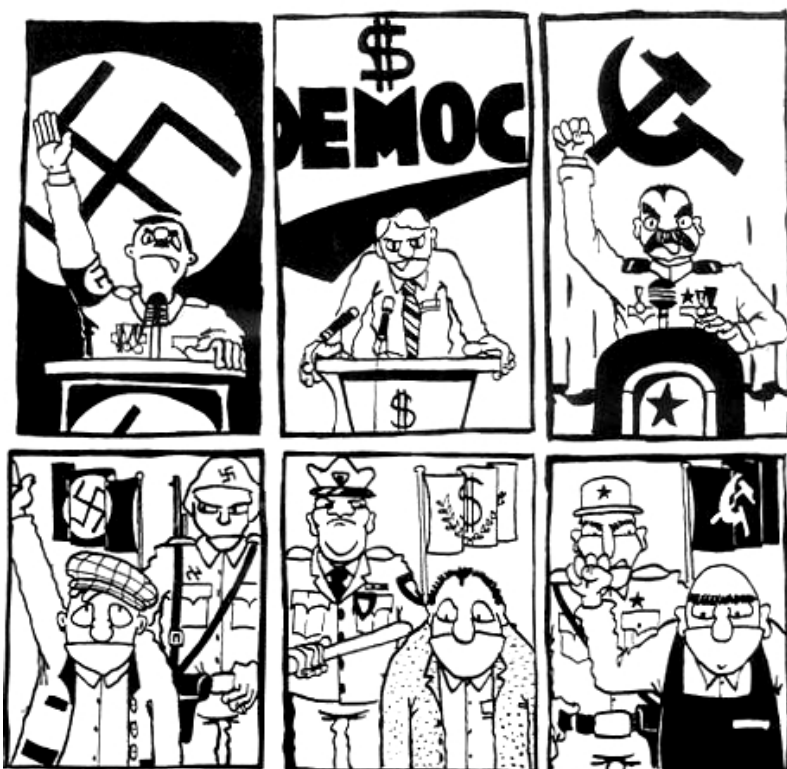
Pelo fim da Democracia, dissemine a resistência

Devemos lutar por melhores salários ou pelo fim do capitalismo? Queremos uma cidadania universal ou a abolição do Estado? Queremos um mundo em que todas sejam classe-média ou o fim de todas as classes? Como retomar o controle de nossas vidas? O problema do sistema sob o qual vivemos não é que ele está nas mãos erradas e só precisa ser dirigido pelas pessoas certas, competentes ou honestas. O desequilíbrio, a miséria e a vulnerabilidade que ele nos impõe é o que ele precisa para funcionar. Se pessoas concentram poder e autoridade em suas mãos, é porque nos falta poder e autonomia. Governos nos prometeram direitos, mas apenas nos tiram liberdades. **Tudo o que eles têm o poder de garantir, eles também têm o poder de tirar.** Mercados oferecem recompensas àqueles que exploram seus iguais. A única forma de assegurar aquilo que importa para nós será construindo **redes de apoio mútuo**

sem líderes e capazes de se auto-defender. Prover auto-defesa é tão importante para uma comunidade quanto prover alimento, abrigo ou lazer.

Capitalismo é um sistema que se pauta na livre gestão e acúmulo de seu capital privado. Mas isso só seria mesmo garantido para todas as pessoas a qualquer um se todas já partissem de um mesmo patamar – que não só não é desejado pelos capitalistas, como é impossível para o sistema se manter se todas tivéssemos direito a um mesmo ponto de partida ou com um mesmo capital inicial. Capitalismo depende de que as riquezas e poder fluam constantemente da base da pirâmide para se acumular em seu topo, nas mãos de elites cada vez menores que comandam instituições e corporações cada vez mais poderosas – e nada democráticas. Nos prometem um lugar no mercado de trabalho, mas nem mesmo há espaço para todo mundo lá.

Ou seja, o capitalismo só garante a livre gestão e o acúmulo de capital àqueles que já têm seu capital garantido. Como efeito, **todas as outras instituições na Democracia operam pela mesma regra de privilégios, heranças, oligarquias e monopólios que operavam em todos os sistemas anteriores a ela.** Toda a mobilidade social e a ascensão de novas classes é limitada e só serve para manter o balanço dessa ordem e a ilusão de que podemos ter um pedaço do bolo se trabalharmos duro. Quando nos lembram que o governo é democrático, isso significa que ele está acessível para aqueles que tem poder para influenciá-lo e comandá-lo. Quando nos lembram que a imprensa é democrática, isso significa que qualquer um que tenha poder suficiente para gerir uma empresa que vende informação e gere anúncios pode veicular por seus meios o que lhe for mais conveniente.



A verdade é que alguns de nossos antepassados lutaram contra ditaduras, outros contra monarcas e imperadores despóticos, derrubaram seus governos, mas **não aboliram as instituições através das quais reis e ditadores comandavam: eles apenas as democratizaram.** Sendo assim, quem quer que opere essas instituições – seja um rei, o presidente, um eleitorado ou o fúher – impõem as mesmas brutais consequências àqueles que estão sob seu comando. Leis, burocracia, polícia, tribunais e prisões existem muito antes da Democracia, e tanto nela quanto numa ditadura operam para impedir nossa auto-determinação e nos ameaçar caso não concordemos. A única diferença é que, como podemos votar em quem deve nos oprimir, temos a sensação de participar do sistema e de que ele é nosso mesmo quando usado contra nós. Todas as revoluções do século 20 apenas nos garantiram o direito de sermos comandados por alguém da nossa própria cor, classe, gênero, ou credo. O desafio é criar espaços onde ninguém acumule poder sobre as outras pessoas.

Quando nos falam de uma “crise de representação”, percebemos que está ficando claro que **as classes políticas não são nem representam o povo.** Eles não emergem do povo nem conhecem suas necessidades ou apenas as ignoram. São empresários fazendo da política mais

um de seus negócios, e de seus negócios as políticas que afetam nossas vidas. Fica cada vez mais claro que a Democracia é só mais um fantasma, ou melhor, uma carcaça podre de um Leviathan que nos domina tendo como pretexto um contrato-social que nenhuma de nós assinou ou concordou. Não passa de uma utopia jamais realizada imposta pelos patrões. É um mais um contrato compulsório sob o qual somos jogadas desde que nascemos e que só funciona para as elites.

Existem basicamente duas formas de buscar mudança social: uma é abolindo o sistema vigente e a outra é recomeçar o mesmo projeto do zero. **É um erro pensar que instituições construídas para nos manter sob controle poderiam nos servir se apenas depormos nossos senhores. Esse é o erro de todas as revoluções anteriores.** As armas de nossa libertação devem ser construídas durante a luta para alcançá-la.

É preciso superar a falsa dicotomia que joga tudo que se opõe à Democracia para o mesmo saco onde estão o fascismo, a ditadura, a intolerância e a violência gratuita e opressora. **Precisamos reconhecer o fascismo e o poder ditatorial do capitalismo dentro do próprio regime democrático**, que opera de forma obscura para manter a ordem e o progresso para as elites e a prisão e a morte para seus descontentes e dissidentes. Assumindo e deixando claro que a Democracia é apenas a mais eficiente das ditaduras, estaremos mais perto de aceitar que ela deve ser destruída por todos os meios necessários.

x.: Considerações sobre a polícia



Já foi dito que quanto maior as desigualdades de uma sociedade, mais força é necessária para manter sua estabilidade. No Brasil, uma das mais presentes (quando não a única) instituições do Estado é a polícia – e claro, sua ignorância, sua brutalidade e seu anacronismo. Mesmo tido como país com economia crescente e uma das maiores potências do mundo, sua força policial não foge à regra dos demais países terceiromundistas, marcados por ditaduras que carregam a impunidade e os procedimentos de seus perpetradores, onde não faltam miséria, corrupção, violência e prisões lotadas. Convivemos com uma polícia corrupta e envolvida até os ossos com o crime organizado e estreitas relações com as facções criminosas que

combatem nas ruas, e cujos oficiais são conhecidamente parte de grupos milicianos e justiceiros – e não, eles não são a exceção. A violência que marcou os protestos desde as Jornadas de Junho é a violência que eles tem a coragem de cometer sob holofotes e câmeras do centro da cidade. Quando as luzes se apagam e as multidões se dispersam, não existem limites para o poder assassino desses vermes. Sua cor ou o bairro onde mora podem significar uma abordagem sem justificativas, extorsão e tortura; uma passagem na sua ficha pode se tornar desculpa para sua execução, que será caracterizada como “auto de resistência”. Um bar na periferia pode ser metralhado por mascarados em um carro preto instantes depois de uma viatura rondar o local e o caso será arquivado.

Como encarar, pensar, se defender e reagir à ação policial é um tema importante para todas as anarquistas. Porém, num contexto como o nosso, que é infinitamente mais instável e sangrento do que o de anarquistas pensando nos seus contextos do primeiro mundo, o pior dos cenários já está montado, com uma polícia militarizada e mortes atingindo números semelhantes ou maiores que muitos países em guerra declarada. Portanto, não apenas não podemos começar nos pautando pela força militarizada, nem na frieza ou falta de escrúpulo para vencê-los, como talvez isso será impossível por muito tempo. Junho serviu para jogar os holofotes sobre suas fardas e seu modus operandi e a quem eles realmente obedecem, e a desaprovação generalizada de fato inibiu sua atuação em alguns momentos. É preciso buscar outras formas de limitar suas ações enquanto aumentamos nossas potencialidades. Entender seus limites ou alcançar formas de vencê-los nas ruas e protestos em algumas batalhas pontuais mas, sobretudo, expor seu verdadeiro caráter e sua ilegitimidade pode ser uma forma de isolá-los de qualquer apoio ou identificação popular.

A polícia não exerce um poder legítimo

Um policial comum não é nenhum especialista em leis, ele provavelmente sabe os protocolos de seu batalhão mas muito pouco sobre as leis atuais. Isso significa que sua atuação consiste em grande parte de blefe, intimidação e abuso de poder. A polícia mente e quebra suas próprias leis e regulamentos em qualquer procedimento: desde atirar em manifestantes sem que a tropa esteja sobre ataque, até abordagens sem que haja uma denúncia fundada; da invasão de imóveis sem mandado, até a tortura e a execução de suspeitos que serão conduzidos irregularmente dentro de seus veículos para o hospital, impossibilitando a perícia ou o socorro adequado. Isso não significa que devemos sempre nos pautar pela legalidade e aceitar a lei como algo legítimo. Nosso sistema legal é apenas um teatro para poderosos governarem sobre os pobres. Obedecer as leis não tem nada de

moralmente correto, pelo contrário. Escravidão era legal e ajudar quem fugia era crime. Os nazistas chegaram ao poder pelas das vias democráticas e aprovaram leis através dos meios legais existentes. Devemos nos empoderar e compartilhar essa consciência de forma a fazermos o que pensamos ser correto, independentemente das leis ou da intimidação policial.



***O preço da manutenção de seus privilégios
será pago por quem não tem nenhum.***

Policiais não são “trabalhadores como nós”, nem potenciais aliados

O papel da polícia é servir às classes dominantes e seus interesses. Qualquer pessoa que nunca teve uma terrível experiência com a polícia é provavelmente privilegiada, submissa ou os dois. Policiais sabem exatamente o que estão fazendo quando entram para a corporação. Claro que muitos aceitam esse emprego por pressões econômicas, mas um salário ou uma carreira não são desculpa para desalojar famílias de suas casas, perseguir e matar a população negra, pobre nas periferias e favelas, ou agredir e mutilar quem se manifesta ou age contra a ordem que eles tentam defender. Alguém que vende sua consciência e sua empatia por outros seres humanos deve ser visto não como um potencial aliado mas como um inimigo de todas as pessoas. Muita gente acredita que nossos apelos podem fazê-los abandonar a corporação e trazê-los para o nosso lado. Mas policiais não são trabalhadores comuns: eles escolheram ganhar a vida defendendo um sistema dominante e opressivo, logo, são os menos simpáticos ou solidários com quem deseja mudar esse sistema. Enquanto eles servirem aos poderosos jamais serão pessoas confiáveis, não interessa o quão “conscientes” ou bem intencionados eles estejam.



Resistir ou revidar não é “ser igual ou pior” que a violência policial

A violência não é inerentemente condenável e nem sempre é uma forma de dominação. Seu uso em si não torna a resistência incoerente ou contraditória com a luta pelo fim da opressão. Isso seria uma simplificação muito perigosa. Uma mulher que se defende agredindo o homem que tenta violentá-la é pior que o violentador? Escravos que se rebelaram e lutaram por sua liberdade são tão cruéis quanto seus senhores? A resistência que atacava e matava oficiais nazistas merece ser condenada da mesma forma que os regimes fascistas? ***Existe uma coisa***

chamada auto-defesa. Em alguns casos a violência pode servir para oprimir e manter um sistema opressor, em outros ela pode combatê-lo. Para algumas pessoas, ter fé em um sistema autoritário e seguir suas regras legais ou morais é a maior das prioridades, não importa a que custos. Elas acreditam que serão recompensadas por isso independentemente das consequências para as outras pessoas. Não importa se elas se definem como conservadoras ou apenas como pacifistas. Por outro lado, para aquelas que assumem responsabilidade por seus atos, a questão importante é que tipo de postura pode nos defender da opressão e criar uma realidade melhor. Muitas vezes isso inclui o uso da violência.

xi.: Nenhuma paz vai nos proteger

“Ativistas privilegiados devem compreender aquilo que o resto do mundo já sabe há muito tempo: estamos em meio a uma guerra, e a neutralidade não é possível. Não há nada neste mundo que mereça o nome de 'paz'. É mais uma questão que se reduz a de qual é a violência que nos assusta mais e do lado de quem vamos resistir.”

Peter Gelderloos

Como a não-violência protege o Estado

A rápida difusão de Black Blocs e diversas outras táticas de auto-defesa e contra-ataque que vimos emergir em 2013 foi acompanhada de seus opositores mais virulentos: defensores da *não-violência* – ou o *pacifismo*. Vinda, na imensa maioria dos casos, das mesmas pessoas que pintavam o rosto com as cores da bandeira, carregavam dizeres nacionalistas ou com uma crítica rasa (como contra a corrupção) e de grupos de classe-média, brancos e privilegiados, essas ações variavam do simples grito de “sem violência” ou “sem vandalismo” até ao claro exercício de seus privilégios de classe: dialogando ou abraçando policiais em um momento, agredindo quem tentava lançar uma pedra ou pichar um muro ou entregando pessoalmente mascarados à polícia em outro. Isso quando não estavam se colocando como escudos humanos diante da propriedade privada ou dos agentes policiais que queriam defender da ira popular. Esse comportamento é mais comum do que parece. Até mesmo nos protestos na Turquia houveram grupos de pacifistas que inacreditavelmente se colocaram como uma barreira para impedir que uma delegacia fosse apedrejada após as ações policiais ter já matado e mutilado diversas pessoas. Nos Estados Unidos, grupos que adotavam a tática Black Block para defender os acampamento do movimento Occupy dos ataques policiais foram chamados “o câncer do movimento” por jornalistas burgueses.

O problema fundamental da não-violência vem quando ela atinge o status de um valor inegociável que, em tese, deve ser aplicado em qualquer lugar ou situação, por qualquer grupo, em qualquer contexto, simplesmente por ser a única forma *correta* de ação. No entanto, sabemos que defender a não-violência como princípio para todas as ações políticas de resistência simplesmente mascara e tenta preservar privilégios de classe, gênero e cor. É uma forma de agir ineficiente, mas também classista, racista e patriarcal. O pior preço pago pelo pacifismo talvez seja jogar a violência cada vez mais sobre as minorias e desempoderá-las quando mais precisam reagir para defender sua própria existência.

Como Peter Gelderloos deixa claro: “A posição pacifista quer que o sucesso seja atribuído somente às táticas pacifistas, enquanto o resto de nós acredita que a mudança vem de todo o espectro de táticas presentes em qualquer situação revolucionária, desde que sejam efetivamente implantadas. Isso acontece porque nenhum grande conflito social possui uma uniformidade de táticas e ideologias, o que significa dizer que todos esses conflitos apresentam táticas pacifistas e

definitivamente táticas não pacifistas. Mas os pacifistas precisam apagar a história que não concorda com eles ou, alternativamente, culpar suas falhas pela presença ao mesmo tempo de lutas violentas”

A argumentação não-violenta é que a única e melhor forma de conseguir algo dos governantes ou de encarar a violência policial é “dando o bom exemplo”, dar as mãos, segurar cartazes, sentar-se diante da tropa de choque e oferecer flores – como se assassinos fardados ou governantes e empresários cedessem a algum apelo emocional. Tal pensamento indica que para esse tipo de ativista, a vida na sociedade não lhes inflige uma violência anterior, como a que recai diariamente sobre quem não tem a pele branca, uma família abastada, frequentou boas escolas, nem é reconhecida como homem ou homossexual. Para essas pessoas cercadas de privilégios, o pacifismo como princípio universal funciona para garantir que seus protestos não atraiam consequências violentas para si, ou seja, que mantenham a camada de proteção que seus privilégios já lhes garantem. Nos piores casos, mesmo pessoas não tão privilegiadas se identificam com os valores burgueses das classes dominantes e agem de forma a proteger a propriedade privada ou pública como se fossem bens que merecem um respeito similar ao que é negado às pessoas que os destroem, além de enxergar na figura do policial um agente comprometido com a segurança das pessoas ali presentes e não um cão de guarda dos ricos disposto a nos ferir ou tirar vidas para cumprir seu papel.



Para o pacifista, violência é o que os outros fazem.

Pessoas privilegiadas normalmente não precisam estar lutando por um mundo melhor, mas o fazem não por verem suas vidas ameaçadas pelo sistema ou pelo resto da sociedade, mas por uma consciência ético-política do que é mais correto. Isso não é ruim em si, solidariedade será necessária entre diferentes camadas e grupos em diferentes situações, mas ainda assim é motivo suficiente para diferenciar a relevância de sua opinião da opinião de quem está abaixo numa escala de privilégios. Pacifistas privilegiados podem simplesmente abandonar sua militância e voltar para o conforto de sua vida e família quando as coisas ficarem muito

“complicadas” ou “perigosas”. Para elas, a resistência violenta é uma ameaça a tranquilidade e estabilidade de suas vidas. Para grupos desprivilegiados, a quem luta revolucionária mais interessa, a resistência violenta pode ser a única promessa de uma vida um pouco mais digna, ou mesmo a única forma de sobreviver, preservar sua integridade, sua casa, sua terra ou as pessoas que amam.

Se tomarmos como inquestionável o princípio da não-violência, teríamos que exigir que povos indígenas resistissem com passeatas e mão-dadas a invasão das tropas europeias às Américas, ou que o povo Iraquiano conseguiria parar o massacre estadunidense sentando nas avenidas e coletando assinaturas. **Para que as táticas não-violentas sejam sempre efetivas, é necessário que o grupo que as pratica detenha privilégios e visibilidade o suficiente para que as autoridades que as confrontam tenham algum receio de agir com violência contra ele.** Esse é o caso dos caras-pintadas ou da classe-média que se juntou às multidões nas ruas de verde-amarelo em 2013. Definitivamente não é o caso da resistência iraquiana ou palestina; não foi o caso dos povos Guaranis diante dos bandeirantes ou das tribos Cheyenne e Lakota na América do Norte diante do General Custer. Hoje, ainda não é o caso da população preta pobre e periférica das grandes cidades, assim como não é o das mulheres, das pessoas trans, das lésbicas e das bichas em todo o mundo, seja nas ruas ou entre quatro paredes. Não é o caso dos quilombolas, camponesas ou indígenas enfrentando o Estado brasileiro e milícias rurais que matam impunemente. Assim, também não será o caso de todas as pessoas que tomarem as ruas para combater o Estado, o Capital e seus pilares de privilégios, até que suas vozes atraíam a atenção e a solidariedade de quem ainda não escolheu um lado no enfrentamento com a ordem vigente.

O Estado obviamente prefere enfrentar uma oposição não-violenta do que uma disposta a lutar. Se história ainda é escrita pelos vencedores, então devemos desconfiar de todo discurso que os vencedores (o Estado, a mídia, as classes abastadas, brancos, homens, etc.) tentam nos fazer engolir sobre qual é o modo “correto” de se combater a opressão. Comunidades indígenas Zapatistas sabiam que visibilidade e privilégios não eram algo com o que podiam contar, e assim, fizeram-se tanto bem armadas como visíveis. Com armas, puderam intimidar o governo mexicano que tanto desejava explorar a selva Lacandona e suas riquezas minerais e naturais às custas da miséria dos povos que lá resistem há 500 anos; com comunicados, publicações e o uso da recém popularizada internet foram vistas e ouvidas por toda comunidade internacional e atraíram solidariedade da esquerda e de radicais em geral. A lição para nós, que resistimos nas cidades, é que armas e disposição para combate podem ajudar a afastar por um tempo opressores que não esperam resistência, porém o apoio de quem está de fora dos enfrentamentos é fundamental para não sermos massacrados silenciosamente e para que as narrativas de resistência se alastrem.

“Governos raramente respondem a sussurros, mas geralmente podem ouvir quando gritamos. Em tempos como esse, torna-se necessário para lutas políticas a reavaliação de táticas e estratégias para escolher aquelas que resultem no mínimo de violência física, não apenas contra a oposição, mas também contra nós.

Não adaptar estratégias a momentos diferentes se torna contraproducente e, quando falhamos em fazê-lo, nos tornamos responsáveis pela violência que acontece quando manifestantes não-violentos são encorajados a se colocar diante da força policial violenta. (...) Se continuarmos a usar desobediência civil não-violenta como uma tática, então devemos reagir apropriadamente quando nossas táticas forem recebidas com violência.”

Rod Coronado

Não se trata de opor táticas “violentas” às táticas “não-violentas” como moralmente mais aceitáveis ou mesmo mais eficientes. Trata-se de aceitar uma diversidade de táticas e respeitar a escolha de diferentes táticas de acordo com o grupo que precisa delas, o contexto e o momento. É preciso assumir que a violência já existe e é aplicada injustamente contra a maior parte da população para manter uma ordem opressora de exploração. Responder a ela deve apenas servir para evidenciar a violência do opressor e não condenar a de quem resiste como igualmente maléfica. Quando um grupo precisar recorrer à violência anti-autoritária para atingir seus objetivos ou mesmo sobreviver à uma ofensiva do Estado ou outros grupos autoritários, é melhor que as pessoas não envolvidas diretamente ofereçam apoio e solidariedade do que uma crítica moralista. Em todo caso, é mais útil que tais pessoas fiquem caladas do que abram suas bocas para deslegitimar a resistência ou afirmar ainda mais a violência estatal, patriarcal ou racista como forma de lidar com a oposição.

Propomos uma diversidade de táticas como uma saída mais eficiente para lutas que precisam se atualizar e ser adaptáveis a diferentes contextos e que atenda a diferentes necessidades de cada grupo. Que ao invés de nos perguntarmos qual tipo de tática é mais “correta” ou “ética” quando se trata de resistir à opressão, nos perguntemos qual tática aumenta nossa potência e nos parece ser mais segura e eficiente, como menor custo para nós no enfrentamento contra o Estado, o Capitalismo, o Patriarcado, a supremacia branca e toda forma de dominação.

xii.: Não um levante, mas um levante contra toda forma de opressão

“Quando você houve falar de trabalhadores em greve, você não exige prova das injustiças dos patrões – ao invés disso você pergunta como você pode apoiar da melhor forma os trabalhadores. Por quê diabos não te ocorre de perguntar a mesma coisa quando você fica sabendo que um cara foi denunciado por abuso ou estupro?”

Anônimas

Porque ela não está nem aí pra sua insurreição

Em 2012 conservadores e reacionários saíram às ruas de Paris e outras cidades francesas para protestar contra a recente legalização do casamento gay. Grupos marcharam, ocuparam as praças e avenidas com cartazes e bandeiras contestando uma decisão do Estado sob slogans homofóbicos e sexistas, e até entraram em confronto com a polícia. Na virada de 2013 para 2014, na Ucrânia, direitistas e conservadores determinaram as pautas desde o início: onde de um lado havia o neoliberalismo da União Europeia e do outro o colonialismo corrupto russo. Não houve espaço para criticar os estados e a ordem econômica em si e grupos nacionalistas e fascistas encontraram um terreno fértil para suas ideias se disseminarem – mas também muito pouca resistência. Eles deram o tom das mobilizações que culminaram num levante dominado por paramilitares neonazistas que enfrentaram e derrotaram a polícia em diversas batalhas e passaram a patrulhar as ruas do país até que a intervenção internacional de estados muito mais poderosos tornassem as coisas ainda piores.

Seria engraçado ver nossos piores inimigos se engalfinhando se não fosse trágico perceber

que não há nada inerentemente revolucionário ou anti-autoritário em protestar, ocupar a rua, ou mesmo em enfrentar a polícia. Tudo isso pode ser feito ou apropriado por forças tão hierárquicas e autoritárias quanto o Estado, e que apenas querem tomar sua posição no comando da sociedade ou suprir as necessidades de demonstração de força bruta e o apetite viril por aventura de alguns grupos. Torcidas organizadas tem feito isso por décadas sem causar nenhuma mudança relevante para a sociedade. Além disso tudo, todas essas táticas e estratégias podem ser usadas contra o Estado, o Capital, a polícia, as corporações, os neo-nazistas e o que mais quisermos citar, sem que a opressão e privilégios internos de um grupo insurgente, mobilização ou movimento sejam questionados.

Coletivos, movimentos ou mesmo um levante precisa escolher ações imediatas que sejam compatíveis com os objetivos de longo prazo que pretendem alcançar. Ou então estarão mantendo divisões das atividades de acordo com papéis de gênero, obscurecendo e desestimulando a participação de grupos não-heterossexuais e de pessoas não-brancas, que não moram próximas aos centros urbanos ou que não tem acesso a recursos privilegiados, como educação formal ou mesmo um emprego que garanta o mínimo para sobreviver. Ao mesmo tempo, devemos manter narrativas e práticas que legitimam ações e táticas violentas não como performances totalmente masculinas e monopolizadas pelos machos, mas como uma decisão estratégica bem direcionada, ou pelo menos uma expressão emocional honesta. Do contrário, podemos cair na armadilha de desempoderar mulheres, transexuais, sapas e bixas que usam da violência como forma de se manter de pé diante da violência que é o gênero e o patriarcado.

Se glorificamos apenas detalhes ou estéticas de revolta – molotovs, máscaras, carros incendiados – em detrimento de objetivos claramente contrários à hierarquias, ao Estado, à competição, à exploração e à manutenção de privilégios, estaremos correndo o risco de atrair apenas pessoas que se identificam com essa forma de ação agressiva e nada mais. E pior: que não estão dispostas a usar isso como parte de um projeto de libertação maior, mas como uma forma de concentrar poderes novos ou já existentes. O resultado disso pode ser muito semelhante ao que se passou na Ucrânia em 2014, ou na noite em que nacionalistas, “anti-partidários” e grupos skinheads adentraram nas multidões para atacar manifestantes no fim de julho de 2013 em São Paulo. Ou pior, como no Cairo em 2011, onde as praças ocupadas da cidade após a queda do governo se tornaram palco de inúmeras agressões e abusos sexuais praticados por pelos próprios manifestantes contra centenas de mulheres.

Nos identificar através de palavras ou ações como apenas inimigos do Estado ou da ordem vigente não é o suficiente. Não somos a única oposição a esse sistema. Quando se trata de movimentos de massa e revolução, mesmo que você tenha sua própria estratégia, tenha certeza de que você também é parte da estratégia de alguém. Nossa oposição a todas as hierarquias e formas de dominação deve ficar clara em tudo o que falamos e fazemos. Do contrário podemos estar reforçando opositores reacionários e autoritários sem nos darmos conta. Isso vale para toda tática ou ação. Ocupar casas, por exemplo, é algo que fascistas sabem fazer também. As Casas Pound surgiram na Itália em 2003 com um propósito de ser para nacionalistas e neo-nazistas o que os espaços autônomos na Grécia tem sido para anarquistas: um espaço de encontro que proporciona infraestrutura para circulação e articulação de suas iniciativas. E existem grupos tentando implantar esse projeto também no Brasil.

É preciso distribuir o poder e recursos, compartilhar iniciativas, empoderar as pessoas a tomarem partido e se beneficiarem da insurreição. Ao mesmo tempo, um levante ou um momento de grande mobilização deve ser o lugar onde opressões internas sejam levadas a

sério e combatidas de frente: sexismo, homofobia, transfobia, racismos, privilégios econômicos e muitos outros, que não precisam do Estado para existir, pois nós as perpetuamos a todo instante. Do contrário, vandalismo por vandalismo será tão atrativo para a população quanto a política institucional ou o ativismo alienante que não tem relação com a vida cotidiana da maioria das pessoas que estão carregando o peso desse sistema nas costas.



Ucrânia, 2013: manifestantes lutam com a polícia carregando símbolos neo-nazistas

“(...) o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz. “

Albert Camus,
A Peste

xiii.: Retomar o espaço ocupado em nós

“Cada espaço conquistado das mãos do Império, de seu ambiente hostil, deve corresponder à nossa capacidade de preenchê-lo, configurá-lo e habitá-lo. Nada é pior que uma alcançar vitória não saber o que fazer com ela.”

Tiqqun,
This Is Not a Program

Durante grandes mobilizações e conflitos sociais, a noção que as pessoas tem do que é **possível** pode mudar rapidamente, mas sua noção do que **desejável** normalmente leva mais tempo para mudar. O Império se sustenta na cooperação de cada um de seus servos. Ele opera de forma a nos transformar em agentes de sua manutenção e desenvolvimento, assim como de controle e espionagem. A era digital de comunicação instantânea serve como um aparato de monitoramento sem precedentes, que nós mesmos manuseamos e mantemos em constante atualização. Vide o fenômeno as redes sociais. Não existe neutralidade de fato: se não estamos combatendo o Império, com certeza estamos trabalhando para ele, estudando para ele, pagando tributos a ele, ou nos abstendo de agir para impedi-lo. Suas operações atuam destruindo todas as rotas até que sobre apenas uma única estrada a qual devemos nos submeter.

Toda vez que deixamos de lado uma vida inteiramente voltada a conjurar e destruir o Império, para nos enquadrarmos da forma mais confortável e “coerente” com nossa rebeldia, corremos o risco de vê-la tornar-se útil ao Império. Sempre que tentamos “trabalhar com o que gostamos” (ou odiamos menos) ou que achamos ser “melhor para o mundo” (ou menos pior), estamos colaborando para que o Império se adapte e se atualize de forma a absorver tensões remanejar o rebanho. Ganhar a vida com produtos ecológicos ou veganos, arte “crítica” ou “radical”, usando bicicleta como meio de locomoção e de trabalho, entrando em projetos sociais e ONG's, pesquisando ou usando a academia para estudar assuntos que nos interessam politicamente, tentando montar uma distribuidora de material independente, tudo isso pode servir para nos ajustar à estrutura ao invés de destruí-la. E abre precedentes para que no futuro os verdadeiros homens de negócios se baseiem no que fizemos para abrir suas próprias empresas politicamente corretas e “sustentáveis” e um dia nos manter empregados em suas lojas de produtos verdes que são entregues de bicicleta, para no fim de semana irmos assistir grupos independentes de hip hop tocando em festivais patrocinados por grandes marcas.

Até mesmo não trabalhar ou roubar em lojas pode ser absorvido e contabilizado pelo sistema como uma forma de aliviar tensões e nos manter trabalhando sem que seja necessário nem mesmo um aumento salarial. Se não encaixarmos essas medidas pessoais e coletivas numa grande estratégia ativa de comunização que nos fortaleça e nos arme para nos defender, então estaremos legitimando a ideia de que reformas podem mudar nossa situação, e não a abolição do sistema em que vivemos e das relações que ele nos insere.

Quanto menos pessoas estiverem cooperando com o Estado e o Capital, melhor. Quanto mais completa a dissidência também. Esse é o único motivo pelo qual ainda vale alguma coisa dialogar com esse mundo. Mas não devemos nos enganar pela tentadora mania de avaliar o sucesso de nossos esforços em termos quantitativos. Há segurança em números se você for

um número. Não sobreviveremos muito tempo se as pessoas não desistirem de tentar levar uma vida confortável e de privilégios dentro do Império. Mas viveremos ainda menos se não escolhermos uma forma de vida boa o bastante para nós.

A insurreição atende a necessidade das comunas de varrer as linhas do Estado e viver, mesmo que por tempo e espaço limitado, além de suas fronteiras, limites e leis que mapeiam, controlam fluxos, protegem a propriedade. É a emoção efêmera que nos toma quando, diante da linha policial, a multidão ergue barricadas e segue pelas ruas não como fazem num dia normal, apenas de passagem entre um ponto e outro, mas ocupando o espaço como ancestrais nômades: *estando* em cada ponto, em cada esquina, em cada quarteirão, sentido cada metro, tocando e utilizando o que seu próprio suor construiu, e tomando de volta o que lhe é tomado todos os dias pelo trabalho mal pago, pelos impostos inúteis. É também a possibilidade de se firmar os pés num lugar, manter fora a polícia e as leis e viver sob nossa própria responsabilidade, enfrentando nossos próprios conflitos, suprimindo por nós mesmas nossas necessidades e aprendendo a desejar outras coisas.

Mas para ter capacidade de ser permanente, a luta deve ter uma estratégia que balanceie as lutas que consomem recursos mais do que dão de volta com aquelas que suprem mais do que consomem. Confrontos e ataques simbólicos podem nos ajudar a desenvolver habilidades sociais para lutar por objetivos mais concretos e fazer chamar e encontrar quem esteja na mesma frequência de pensamento e objetivos, enquanto expõem quem são os inimigos. Mas não se recursos são sugados das pessoas participantes e das comunidades em torno delas para pagar fianças, defesa jurídica e curar traumas físicos ou psicológicos. Quebrar vitrines pode ser um ato simbólico e inútil, mas pode ser uma forma saquear recursos a serem usados na luta. O melhor para manter os confrontos é juntar recursos que podem ser usados nas lutas futuras. Daí a importância de se tomar e comunizar casas, terrenos, comida, ferramentas e conhecimento para suprir as necessidades de quem que fazer da luta uma vida e da vida uma luta. A maioria das pessoas se mantém indiferentes a discussões teóricas, mas quando algo está de fato *acontecendo*, quando as apostas estão feitas e elas conseguem ver diferenças concretas entre lados opostos, aí sim elas se posicionarão.

“Tornar-se autônomo poderia igualmente querer dizer: aprender a lutar nas ruas, a ocupar casas devolutas, a não trabalhar, a amar loucamente e a roubar nas lojas.”

Comitê Invisível,
A insurreição que vem

DEFENDER A COMUNA ESPALHAR A ANARQUIA

A comuna só pode tomar forma como uma porção de atos de constante comunização, tornando comum cada espaço, cada recurso, cada máquina, cada conhecimento. Isto é, elaborando formas de compartilhar que estejam associadas a cada uma dessas coisas.

Insurreição é apenas um acelerador, um momento decisivo nesse processo.



xiv.: O processo: viver será mais intenso

“Caminho: tira de terra sobre a qual se anda a pé. A estrada diferencia-se do caminho não só porque percorremos de carro, mas porque é uma simples linha ligando um ponto ao outro. A estrada em si não faz nenhum sentido; só têm sentidos os dois pontos ligados por ela. O caminho é uma homenagem ao espaço. Cada trecho do caminho tem um sentido próprio e nos convida a parar. A estrada é uma triunfal desvalorização do espaço, espaço que hoje em dia não é mais do que um entrave aos movimentos do homem.

Antes mesmo de desaparecerem na paisagem, os caminhos desaparecem da alma humana: o homem não tem mais vontade de caminhar e de ter prazer nisso. Sua vida também, ele não a vê mais como um caminho, mas como uma estrada: como uma linha que leva de um ponto a outro, do posto de capitão ao posto de general, do estado de esposa ao estado de viúva. O tempo de viver está reduzido a um simples obstáculo que é preciso ultrapassar numa velocidade cada vez maior.”

Milan Kundera,
A Imortalidade

Toda geração tende a compartilhar a inocente sensação que será a protagonista de um momento histórico e revolucionário importante. Mas é só esperar o tempo passar e perguntar às gerações anteriores para constatar que esse sentimento é comum a todas as pessoas que lutaram para mudar radicalmente a realidade que lhes foi imposta. E que logo esse sentimento é substituído pela sensação de que o que nos resta é fazer o que achamos correto e coerente, na esperança de que isto um dia contribua de alguma forma para que aquelas gerações que, num futuro remoto, vão cumprir nossos sonhos abalar ou destruir os pilares desse mundo opressor.

O ano de 2013 nos mostrou mais do que o fim da soberania de um modelo de luta ligado às instituições formais do partidos, sindicatos e uniões estudantis: nos mostraram que é possível vencer uma pauta através da luta direta, autônoma e com um foco claro. Mas sabemos que autonomia e pautas específicas não bastam por si só. Mais do que isso, as Jornadas de Junho serviram para que pessoas descontentes e inimigas do Estado e do Capitalismo se enxergassem e se unissem para deixar claro com o que não concordam e do que são capazes. Muitas de nós jamais imaginariam que viveríamos tempo o suficiente para ver a ação direta de enfrentamento nas ruas deixar o governo desorientado; ou Black Blocs sendo aplaudidos em protestos no centro da cidade, ou sendo convocados para apoiar o resgate de animais e a sabotagem contra um laboratório vivisseccionista; ou para ver professores declarando publicamente “apoio incondicional à juventude adepta da tática Black Bloc” após serem amparados e protegidos pelos mesmos frente à agressão policial; nem mesmo imaginaríamos que o tradicional e inofensivo Grito dos Excluídos se tornaria uma onda nacional de ataque aos desfiles do 7 de Setembro e seu nacionalismo militar, arruinando-os em diversas cidades. Além disso presenciamos dezenas de assembleias populares sendo geridas horizontal e autonomamente por grupos e coletivos anárquicos.

Todos esses eventos nos deixaram esse gosto de estar vivendo um momento decisivo e

profundamente revolucionário. No entanto, quando a poeira abaixa um pouco e os ânimos se acalmam, vemos que ainda não temos tanto o que comemorar. Se há uma coisa com que se preocupar é que agora anarquistas, autonomistas e radicais estão no alvo das forças de repressão e nada impede que um dia possam se tornar, como na França, Chile ou Estados Unidos, os principais inimigos do Estado, atrás apenas do terrorismo religioso ou do narcotráfico. O momento demanda atenção e uma avaliação criteriosa de ponto de partida, métodos, processos, estratégias e objetivos.

Para além das subculturas e círculos de ativismo

“Os meios culturais e ativistas devem ser particularmente evitados... Todos os meios são contra--revolucionários, pois o seu único objetivo é o de preservar o seu triste conforto.”

Comitê Invisível,
A insurreição que vem

Se quisermos que narrativas, visões, estratégias e táticas sejam difundidas para todas as pessoas que precisarem delas para resistir às instituições que nos oprimem, devemos evitar nos contentar nos acomodar com o conforto que pequenos grupos subculturais ou alternativos podem criar. Seja ele fruto de uma linguagem que funciona bem apenas dentro desse meio que compartilha certos termos e referências, seja pelo nível de afinidade e fluidez das dinâmicas e práticas que puderam se desenvolver dentro desses grupos. Muitas vezes, esses meios criam uma certa independência dos demais grupos da sociedade mas operam de forma a manter uma hierarquia, com chefes, formadores de opinião, ídolos e referências que promovem as mesmas formas de opressão e minam a autonomia das demais pessoas da mesma forma que a sociedade no Capitalismo.

Não estamos dizendo que devemos abandonar nossos grupos de afinidade e boicotar todas as contraculturas de resistência. Como já exploramos anteriormente, elas podem ser um ótimo meio para formação e uma forma de angariar e compartilhar recursos. No contexto dos períodos de maior atividade insurrecionária na Itália e na Alemanha dos anos 70 e 80 os centros sociais autônomos ligados a subculturas da época foram a base para a construção dos movimentos. A questão é o quão contagiante a revolta pode ser, o quanto ela se estende para a população em geral e o quanto ela transforma as relações. Essa rápida difusão que gera apoio e cooperação de diferentes grupos sociais foi a força que potencializou as lutas de 2013 no Brasil e também na Turquia. Levantes populares podem triunfar sobre exércitos muito mais armados se conseguirem manter seu caráter popular. O apoio popular vai determinar o quão à vontade o Estado estará para usar força bruta na repressão. É importante não deixar camaradas se isolem de outras pessoas, inclusive de nós. Não aceitar garantias de nichos culturais nem deixar que ativistas radicais imponham seus pontos de vista obscuros que só dificultam a comunicação com a sociedade como um todo.

Precisamos de uma ampla *cultura de resistência*, isto é, precisamos criar espaços onde múltiplos contextos culturais e sociais podem desenvolver pontos de referência comuns, com o intuito de resistir e atacar a hierarquia e a opressão em todas as suas formas.

Soluções anarquistas para os problemas e conflitos

As pessoas não vão aderir à ideias anarquistas apenas por ter contato ou concordar com elas. É preciso oferecer e experimentar soluções e saídas anarquistas práticas para os problemas que temos hoje. É necessário criar e estimular formas de se conectar e formar redes por onde informação e apoio podem fluir para que as pessoas possam responder ao que acontece em seu meio. Não um programa, o que precisamos é de criatividade e ter olhos abertos para diferentes contextos que surgem à nossa frente. Sabemos que não será um programa melhor ou uma vanguarda mais preparada a conduzir uma revolução que vai nos livrar do conflito que vivemos hoje com as instituições opressoras do Estado, do Capital, assim como do patriarcado, do racismo e dos poderes paralelos, armados ou não. O fim do Capitalismo não vai impedir que outras formas de opressão tentem tomar o controle. Impedir isso depende apenas de nós.

Desde os levantes de junho de 2013 temos visto laços e redes de resistência se formando e fortalecendo umas às outras. Mas também é possível ver grupos nem tanto (ou nada) engajados em lutas radicais contra a opressão. Grupos que se apropriaram (ou fingem se apropriar) de meios como a horizontalidade, autonomia, a decisão pelo consenso ou a livre cooperação e até o *faça-você-mesmo*. Organizações hipercapitalistas e caçadoras de editais, conhecidas com Fora do Eixo, ganharam projeção na cobertura dos protestos transmitidas ao vivo pela internet. Eles são conhecidos por atuarem no meio musical e cultural se apropriando de formatos e redes de apoio mútuo, como as construídas por cenas como o próprio punk, dizendo que inventaram esse tipo de cooperação e que seus feitos são inéditos no país. Operam com uma fachada de projeto participativo que suga recursos e energias de artistas, grupos e redes já estabelecida ou que visam se estabelecer cooperando com sua estrutura. Sem falar da condição de trabalho semi-escravo e invisibilizado de seus membros que são levados a interagir dentro de uma economia interna, com moeda própria sem reconhecimento individual por seu trabalho. Tudo isso enquanto é financiado por recursos públicos e pelo dinheiro privado destinado a fins sócio-culturais, de empresas como os bancos que eles mesmo filmam sendo destruídos. São apenas o mais nefasto dos exemplos do que pode ser o capitalismo no século XXI.



Outras iniciativas menores e com tentáculos não tão ameaçadores surgiram em diversas cidades. Advogados pretensamente ativistas, que não vieram de meios radicais, que atuam de forma duvidosa na defesa de pessoas presas em protestos e defendem a não-violência como estratégia fundamental para movimentos que querem ser respeitados como tal; grupos de apoio que oferecem suporte a feridos e ajudam a organizar atos. Sem esquecer movimentos misteriosos, compostos por rostos e vozes da classe média, sem experiência em manifestações de rua, preocupações mínimas com segurança, e que, sem qualquer humildade, pegam embalo no boom das redes sociais como ferramenta de mobilização para chamar atos contra

a Copa do Mundo, pautar demandas como se fossem a voz de uma base social com a qual não têm contato e, inclusive, se negam a respeitar ou coordenar suas ações com o que setores populares já estão fazendo.

É compreensível que pessoas com privilégios sociais como empregos que pagam relativamente bem e não consomem tanto tempo (como advogados bem sucedidos ou profissionais liberais, artistas e freelancers), assim como estudantes que vivem de bolsas, ou apenas filhotes da classe-média-alta com algum “senso de justiça” tenham mais tempo e condições materiais para atuar organizando e alimentando a revolta com seus recursos pessoais. Por mais que seja importante a participação de todas as pessoas independente de seu papel na produção, é preciso ter atenção para que o protagonismo das lutas não seja monopolizada por grupos privilegiados e o que eles tomam como necessidades ou demandas. É muito mais provável que eles não façam nada que ameace seus próprios privilégios ou mesmo que saibam quais são os riscos ou o que é prioridade para os setores mais prejudicados pelo Capitalismo e suas relações machistas e racistas.

Estratégias de atuação, mobilização e captação de recursos não devem ser realizadas apenas por grupos que nasceram ou alcançaram um patamar econômico ou educacional para tal. Esse é o patamar de onde partem a maior parte das pessoas que tão criticadas por manterem um status de “ativistas”, ou seja, de especialistas em “cuidar dos problemas das outras” por terem o tempo e recursos que muitas pessoas não tem por estar lutando mais por sua própria sobrevivência. É preciso nos impor para limitar sua atuação. Não é coincidência que o meio “ativista” privilegiado caia em projetos reformistas, pois as reformas tendem a manter hierarquias internas e não ameaçar as hierarquias da sociedade como um todo. Nem também é coincidência que o fato dos melhores negociadores e contatos com a mídia sejam estudantes brancos, de boa linhagem e com tons negociadores. Se nossos projetos e meios não forem feitos de ações que já nos provenham o necessário para viver, seja ocupando casas, trabalhando de forma cooperativa, saqueando mercados ou nos educando autonomamente, grupos privilegiados estarão sempre a frente em iniciativas, fundos e como porta-vozes de nossas vontades.

Saber reconhecer momentos de pico e atualizar estratégias

Todo momento de intensa mobilização popular tem seu crescimento, seu auge e uma retração. É ingênuo de nossa parte acreditar que levantes como os de 2013 vão simplesmente escalar em números até destruir o mundo como o conhecemos e nos livrar de todas as forças opressoras. É possível observar que levantes tem ocorrido com cada vez mais frequência e cada vez mais força. Saberemos reconhecer uma revolução que valha a pena quando virmos que as fendas que abrimos nesse mundo durante momentos de conflito estão se tornando impossíveis de se fechar. Enquanto isso, precisamos saber reconhecer esses momentos de pico, para podermos usar nossa potência total, assim como é crucial saber a hora de recuar para quando o movimento sofrer sua natural retração, não ficarmos sós no meio do caminho como presas fáceis para os agentes do Estado.

Durante alguns momentos, táticas que combinam certo nível de ousadia com um fator surpresa podem ser muito efetivas, como foi o caso da resistência violenta, Black Blocs e ações semelhantes que pegaram de surpresa, e pela primeira vez na história recente, as forças policiais de todo o país. Nossa polícia se mostrou não apenas ignorante e brutal com pessoas que agiam pacificamente, incitando inclusive às mais calmas a adotarem táticas violentas, como também revelou ser de início completamente estúpida ao indicar que Black

Blocs eram grupos punks bêbados e financiados por partidos de esquerda. Tudo isso nos tranquilizou a princípio por confirmar que as forças de “inteligência” no Brasil eram tão imbecis quanto imaginávamos. Porém os contextos mudam e nossas polícias agora treinam com as forças mais experientes do mundo em conter revoltas populares, como as que espancam multidões no Iraque, França e na Palestina.

A tendência da maioria de nós é se deslumbrar pelo sucesso de algumas táticas bem sucedidas e tentar repeti-las o máximo de vezes possível, sem ao menos refletir o quanto ela está sendo realmente útil em um novo momento ou o quanto ela está gerando prejuízos jurídicos para as pessoas envolvidas. Até outro dia era praticamente impossível cobrir a cara em um protesto e não ter que lidar com a hostilidade de outras manifestantes que incutiram em si mesmas valores de cidadania e democracia. Em alguns momentos e contextos isso ainda é impossível e é bem provável que um dia torne a ser difícil na maior parte do país novamente. Por tanto, é preciso muito mais analisar os contextos dentro dos quais escolhemos diferentes táticas do que priorizar aquelas que mais achamos divertidas ou necessárias. Uma vez que o Estado sabe lidar com grupos organizados para o ataque e o apoio popular recuou consideravelmente, pode ser perigoso continuar empregando essas táticas. É, nesses casos, melhor deixá-las voltar para o armário antes que mais gente sofra as consequências jurídicas ou físicas de uma ação mal planejada.

Manter nossas táticas e estratégias atualizadas com as demandas e os contextos sociais recentes, juntamente com as novas formas criadas pelos poderosos para reprimir a dissidência é importante para não cairmos na ilusão de confundir nossas ações favoritas com as mais indicadas para o momento, nem de lançar mão de leituras das sociedades de um tempo que não existe mais. Não devemos avaliar novos formatos de acordo com critérios obsoletos, mas sim na medida do quão efetivos eles tornam úteis as novas oportunidades. O desafio consiste no fato de que os cenários estão mudando muito rápido, e táticas cruciais para a luta em um ano, podem ser totalmente irrelevantes no ano seguinte.

Nos últimos três anos vimos revoltas populares em quatro continentes que trouxeram as redes sociais e as novas tecnologias de comunicação como um todo para o centro das atenções. No Egito, o governo tentou barrar o levante derrubando a internet e as redes de celular. No Brasil o governo Dilma cogitou formas de derrubar totalmente o Facebook, mas recuou em sua ideia. Mesmo assim, muitas páginas de grupos de mídia ou movimentos sociais foram censuradas ou ficaram fora do ar por alguns dias. No futuro veremos governos e empresas da área de tecnologia tentando moldar a arquitetura da comunicação digital e o fluxo de informação de modo a nem mesmo ser desnecessário derrubar a internet. O Facebook já mudou sua política em 2014 de forma a limitar o alcance de páginas e publicações que não pagam para que seus conteúdos atinjam mais pessoas. O modo e o alcance através do qual manteremos nossos canais abertos para comunicação livre vai determinar os rumos da nossa luta por liberdade.

Anarquia sem adjetivos

“Sob uma perspectiva de libertação excessiva, não existem formas de lutas superiores. A revolta precisa de tudo, jornais e livros, armas e explosivos [...] O único problema que nos interessa é como mesclá-los.”

Ai Ferri Corti

Anônimo

Se nunca nos autodeclaramos insurrecionários não é porque não desejamos a insurreição, mas porque nosso temperamento nos inclina em direção a um anarquismo sem adjetivos. A questão que mais importa é lutar pela liberdade e contra as hierarquias; acreditamos que isso exigirá diferentes abordagens em diferentes situações e que estas abordagens podem precisar umas das outras para ter sucesso. **Somos anarco-sindicalistas dentro das fábricas, anarquistas-verdes quando bloqueamos a derrubada de florestas, anarquistas sociais em nossas comunidades, individualistas se nos pegam sozinhos, anarco-comunistas quando existe algo para ser compartilhado, insurrecionários quando começamos um levante.**

O anarquismo sem adjetivos não somente se recusa a priorizar uma abordagem às custas das demais, mas enfatiza a importância de cada aspecto do anarquismo de seus supostos opositores. O motim precisa da venda de bolos para que aconteça novamente, as sabotagens precisam de campanhas públicas para serem compreendidas, os saques de supermercados precisam da distribuição das mercadorias no bairro.

De qualquer forma, toda dicotomia é falsa, cobrindo não somente os traços comuns, mas também as outras dicotomias com que se pode experienciar em seu lugar. Em um olhar mais atento, insurrecionalismos vitoriosos parecem ser tão dependentes de “construções populares” e mesmo do “anarquismo de estilo de vida” que na prática, se tornam indistinguíveis. Se removermos essas distinções, quais outras distinções podem surgir no seu lugar? Quais outras questões poderíamos formular? Com isso não queremos dizer que indivíduos anarquistas não podem focar nas suas habilidades particulares e nas suas estratégias preferidas; tomar as preferências individuais como universais é um erro. Como sempre, no fim das contas aparece a questão de quais os problemas você quer enfrentar, quais falhas você se sente mais apto a superar. Você prefere lutar contra hierarquias invisíveis em organizações informais, ou enfrentar a inércia embrutecedora de organizações formais? Você preferia agir precipitadamente ou não agir? O que é mais importante para você, segurança ou visibilidade – e qual desses você acha que o manterá mais seguro a longo prazo?

A comuna como máquina de guerra contra o Estado e de luta pela sobrevivência

Não falamos até agora de guerra social ou de luta de classes porque gostamos de estar em meio a conflitos, mas sim porque assumimos que eles já nos cercam por todos os lados. Fugir, evitá-los ou fingir que eles não existem não vai nos salvar. Se estar em conflito em sociedade é inevitável, que possamos entrar e lutar em nossos próprios termos e com toda a força. Leis, reformas, conquistas sociais e revoluções até hoje não produziram nada além de uma adaptação das formas de opressão e cooptação de corpos para o Império. O motivo é que nenhuma delas procurou atingir o problema da opressão na raiz das relações que produzem e

nos condiciona a viver sob diferentes formas de autoridade e hierarquia. Pelo contrário, leis e reformas apenas adaptam e amortecem os aparelhos que nos capturam em todos os âmbitos de nossas vidas.

Mesmo as leis que conquistadas através de lutas sociais não são capazes de nos garantir os direitos que elas deveriam proteger. Essas mesmas leis são quebradas por aqueles no comando simplesmente pelo fato de que eles tem o poder para isso. E nós não temos tido, salvo alguns raros momentos, nem mesmo força o suficiente para garantir que os governantes e os ricos caminhem dentro das leis que eles mesmos impõem a nós. Não devemos esperar nenhuma ética ou honestidade de nossos inimigos, nem que eles ajam de forma justa ou respeitem alguma regra. Assim como não devemos nos comprometer ou garantir que vamos reagir dentro de limites éticos ou senso de justiça aos nossos inimigos. Se for preciso, para sobreviver vamos mentir, roubar, atacar covardemente e fugir antes que nos agarrem. A suspensão das leis pelas próprias instituições que dizem se pautar por elas e defendê-las como algo de maior importância, nos prova que não haverá regras além de uma série de exceções. Não apenas não devemos nos pautar por leis, como não devemos esperar que seus defensores o façam. Devemos nos preparar para tornar esse estado de exceção habitável.

É necessário encontrar e se conectar com outros corpos dispostos a lutar pela sobrevivência, mais do que isso, por uma vida que podemos chamar de nossa, cheia do prazer e da liberdade que tanto queremos. Grupos de afinidade, manadas, comunas, são formas de reocupar nossos corpos, nossas amizades e afetações, assim como o espaço e o território dominado pelo Estado e pela economia capitalista. Mais do que isso, são máquinas de guerra contra o Estado e o capitalismo.

Ao invés de exigir regras ou chefes mais legítimos, por que não encontrar nossa própria potência e aprender a usá-la coletivamente? Mesmo aquelas que querem apenas influenciar autoridades devem admitir que a forma mais efetiva de fazer isso é desenvolvendo o poder de agir com autonomia. Mas será ainda melhor estabelecer nossas próprias metas nos nossos próprios termos. Agir sem o Estado não significa parar de suprir as necessidades de quem precisa, mas sim ajudar umas às outras diretamente, sem recorrer a uma burocracia. Viver sem leis que garantem a propriedade não significa perder nossas posses, mas sim que nenhum juiz ou a polícia podem tirar de nós o que precisamos para viver. Se não formos a favor do direito à propriedade imposto pelo Estado, nossas relações com as coisas serão determinadas pela nossas relações pessoais. Hoje em dia, vivemos o contrário: nossas relações pessoais são determinadas pelas nossas relações com as coisas.

Apostamos que nos levantando, encontraremos outras que fazem o mesmo e que nossas lutas vão abrir novas possibilidades para nossas vidas. Ganhar ou perder, esse caminho oferece as mais ricas experiências e relações possíveis hoje. Nada garante que viveremos para ver um futuro pós-revolucionário, por isso devemos ser desde já o caos que queremos ver no mundo. Não existe segurança ou espaços que sejam totalmente seguros. Revolução é inevitavelmente algo perigoso, um objetivo de vida que pode nos levar para a cadeia ou para o cemitério. Não é preciso abandonar qualquer esperança, mas talvez seja mais útil pensá-la como um martelo: mesmo que perca seu sentido, ainda pode funciona para quebrar alguns muros. Em um mundo governado por déspotas mesquinhos, isso produz pessoas destemidas. Em uma era de rotinas previsíveis, isso inspira novas aventuras. Diante das humilhações da vida moderna, isso nos oferece dignidade. Não há nem nunca houveram garantias. Não existem fórmulas, programas, projetos que podem nos assegurar uma vitória, mas sabemos que não merecemos a derrota. Não temos como saber se no fim teremos uma vida melhor, mas com certeza no processo a vida será mais intensa.

Apêndice:

Cultura de Segurança & as Utopias Digitais

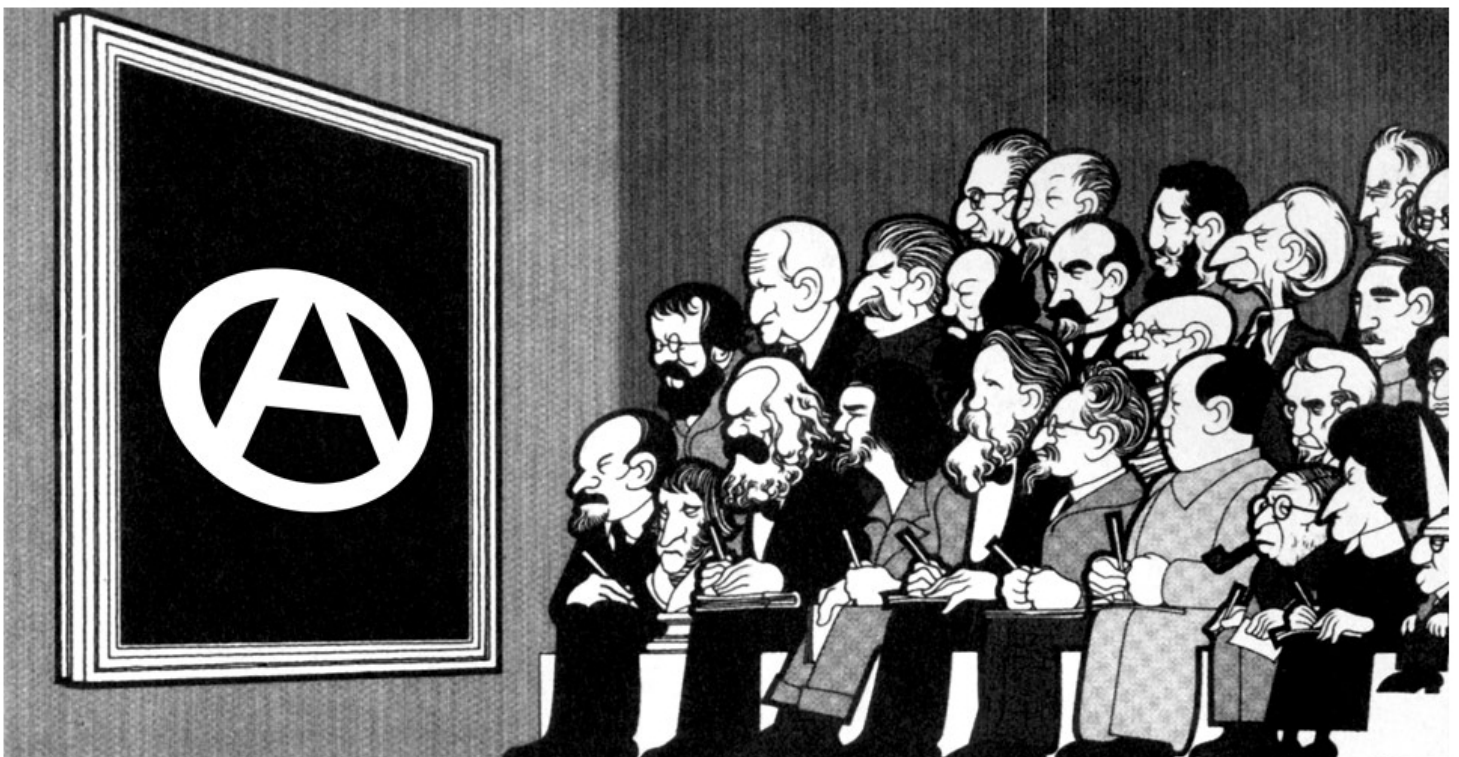
“Adotaram um novo método de clandestinidade. Nunca usam telefones celulares...”

Michèle Alliot-Marie,
ministra do interior francesa sobre os presos
no caso do atentado em Tarnak, novembro de 2008.

Desde 2013 acompanhamos uma escalada de ações radicais. Isto inclui: confronto com a polícia, destruir a propriedade de corporações e do Estado, saquear lojas, resgatar animais, hackear sites e portais do governo, de empresas, da mídia e das corporações por trás dos mega eventos.

Porém, muitas dessas ações foram feitas por muitas pessoas que provavelmente nunca pensaram que um dia se engajariam em ações ilegais e que elas surtiriam tanto efeito. Muitas dessas pessoas realizaram tais atividades sem qualquer noção de como preservar sua identidade e a das pessoas com quem mantêm conexões. Há um desconhecimento generalizado de conhecimentos básicos sobre *cultura de segurança*, que é imprescindível a qualquer luta radical. Por isso, julgamos necessário que uma publicação como essa contenha considerações sobre cultura de segurança. Mas para saber mais sobre o assunto, disponibilizaremos mais conteúdos no nosso site. Bem como dicas para segurança digital e outras informações. Acesse:

faccaoficticia.noblogs.org

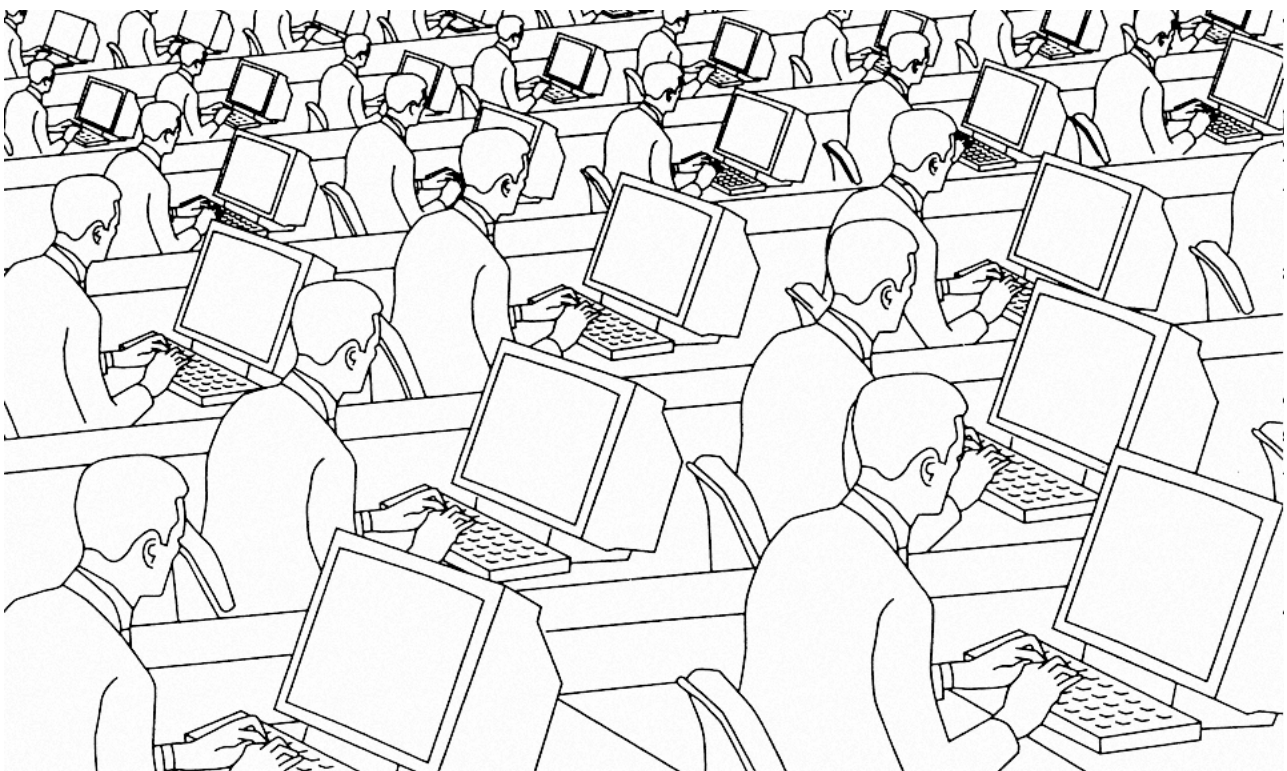


Cultura de Segurança

“Se as penas de morte em massa no Egito, a repressão sobre as mídias sociais na Turquia, as leis anti-protesto na Espanha, o esquema de “pacificação” nas favelas no Brasil, o programa de vigilância da NSA nos EUA e o estado de exceção não declarado em torno da Cúpula de Segurança Nuclear nos Países Baixos têm algo em comum, é porque todos eles apontam na direção de uma inexorável nova forma de autoritarismo – um autoritarismo que se apresenta como “democrático”, que se esconde atrás da fachada do livre mercado, eleições justas e respeito às regras do jogo para garantir o aumento da concentração de riqueza e poder, fechando o espaço público para a participação democrática e dissidência popular.”

Jerome Roos

Tudo sobre cultura de segurança pode ser resumido na frase: ***ninguém deve saber de informações que não precisa saber***. Quanto mais gente souber de algo que possa colocar pessoas em risco, (quem vai fazer o que, quando, ou o local de uma reunião ou ação) mais chances terá de autoridades terem acesso a essas informações. Isso coloca em risco as pessoas que estão realizando a ação, como as pessoas que sabem que existe uma ação. Isso as deixa com a responsabilidade e a tensão de não poderem dar um passo em falso e deixar escapar uma informação. Além de que, se não souberem de fato o que acontece, não precisam mentir caso sejam interrogadas.



Por isso, a cultura de segurança é um conjunto de costumes compartilhados por pessoas ou grupos que podem ser alvo de perseguição ou investigação pelo governo. Não se trata de regras ou protocolos, mas algo que *cultivamos*, como hábitos de higiene ou “boas maneiras”. Um modo de evitar desentendimentos desnecessários ou conflitos desastrosos. Quem viola a cultura de segurança de suas comunidades não deve ser repreendido duramente na primeira vez. Não é uma questão de ser ativista foda o bastante para participar de panelinhas, mas de

estabelecer expectativas coletivas e ajudar as pessoas a entenderem sua importância. É preciso deixar claro imediatamente de que forma as ações de uma pessoa pode colocar todas em risco. Aquelas que não puderem entender isso podem ser excluídas de todas as situações que merecem cuidado.

Coisas que não precisamos pensar e nos forçar como um protocolo, mas práticas e comportamentos que tornamos naturais e cotidianos. Ter uma cultura de segurança nos ajuda a compartilhar habilidade e procedimentos que podem ser acionados a qualquer momento, invés de ter que começar do zero toda vez que precisar de agir com sigilo e cautela. Isso ajuda a evitar toda a paranoia e o pânico em situações de estresse. Além de te manter fora da prisão, é claro.

Para isso resumiremos algumas dicas, ou passos para compartilharmos um mínimo sobre cultura de segurança:

- Não pergunte, não diga: você não precisa saber do que não vai participar nem dizer nada a quem não vai fazer algo com o você.
- Não comente abertamente com qualquer pessoa sobre ações que você pode ou pretende se envolver em algum momento.
- Diga não a qualquer momento, sobre qualquer coisa: não responda nada do que não queira responder. Não só quando a polícia te interrogar, mas em conversas com outras pessoas, ativistas ou mesmo amigxs íntimxs.
- Não facilite ou deixe rastros para seus inimigos te encontrarem: não seja previsível com métodos de ação, lugares para se reunir ou alvos e momentos para atacar. Evite ambientes monitorados ou próximos do local da ação. Não fique visível ou circule seu nome e informações sobre você em listas de e-mail, compras em lojas, ou redes sociais e contas virtuais. Se for comprar algum material que pode te incriminar, faça-o longe de casa ou do lugar da ação e use dinheiro vivo. Evite cartões ou formas de comprar que salvem seus dados.
- Desenvolva linguagens e códigos para poder se comunicar com seu grupo com segurança mesmo em público. Assim como métodos de estabelecer níveis de segurança para cada situação: numa reunião, as pessoas que se apresentaram devem conhecer pelo menos duas pessoas que tem certeza de que ela não é um infiltrado.
- Aprenda e acate as expectativas de segurança de cada pessoa com a qual você interagir e respeite as diferenças de estilo.
- Permita que outras pessoas saibam exatamente quais são suas necessidades com relação a segurança.
- Não use Facebook ou redes sociais: seria suficiente dizer para evitar falar de assuntos subversivos ou criminosos nesses meios, assim como divulgar imagens, marcar eventos ou formar grupos de discussão. Mas preferimos dizer que você deve publicar em redes sociais apenas as informações pessoais que você gostaria de enviar diretamente para a polícia. Perfis virtuais funcionam como um dossiê feito por nós de bandeja para nossos inimigos. Nossos gostos,

preferências, costumes, onde moramos, onde vamos e com quem nos relacionamos, tudo isso está disponível de forma a facilitar o mapeamento de nossos movimentos fica salvo permanentemente nos bancos de dados das corporações e acessível para os órgãos repressivos do Estado e agências de segurança privada. Se você pretende se envolver em ações ilegais, considere redes sociais como um ponto fraco e comprometedor para suas ações e para suas relações.

- Use celular o mínimo possível ou nunca. E jamais em uma reunião: não fale nada de relevante em qualquer ligação, seja por telefone fixo ou celular. Celulares são escutas que podem funcionar mesmo desligados, gravando a conversa em um ambiente. Reuniões ou conversas comprometedoras não devem ser feitas perto de celulares. Desligue-o e deixe ele sem a bateria em outro cômodo ou imóvel. Eles registram com quem você fala numa ligação, a hora e o local. Mas muito mais que isso, como a sua posição exata e seu deslocamento – mesmo os celulares sem GPS! – através da triangulação das antenas mesmo quando não faz uma ligação. Todos esses dados ficam gravados e podem ser requeridos por um juiz e comprovarão que você e seu grupo estiveram juntos várias vezes antes da ação ou no mesmo dia e local da ação. Considere deixá-lo em casa ligado quando for se reunir para planejar um ação ou quando for realizá-la. Se seu uso for importante e garantir a comunicação e a segurança, use um celular barato e um chip com CPF roubado e destrua-os no fim da ação.
- Não fale nada de relevante ou incriminador por e-mail: toda informação que pode te levar para a cadeia deve ser feita pessoalmente. Emails seguros como o ***riseup.net*** podem ser muito úteis e “mais seguros” que os e-mails corporativos. Mas a possibilidade de serem violados ainda é grande. E lembre-se: e-mails são como um cartão postal, pois para todas as pessoas envolvidas em levar os dados da sua máquina até a máquina do receptor existe uma forma de ler o que está sendo enviado. Criptografia pode ajudar, mas é bom que se estabeleça níveis de segurança para que tipo de informação merece ou não o risco de ser interceptada.
- Não confunda ser vigiado com ser mais eficiente ou perigoso para o sistema: geralmente as autoridades caem em cima de quem está mais vulnerável. Isto é, visível e sem apoio o suficiente para mobilizar e pressionar o Estado para que te solte. Mesmo quando você age dentro da lei, pode haver motivo para repressão caso achem que você seja inconveniente precisem de uma prisão que sirva de exemplo.
- Equilibre ser invisível para seus inimigos com ser acessível para potenciais amigos: as melhores táticas são as que alcançam as pessoas sem ser detectadas pelos radares. A longo prazo o segredo apenas não pode nos proteger. Se ninguém souber quem somos ou o que estamos fazendo, poderão nos liquidar e ninguém protestará. Pessoas informadas e solidárias podem nos ajudar. Aquelas que fazem coisas realmente sérias devem manter isso para si, é claro. Mas toda comunidade deve ter uma ou duas pessoas dispostas a defendê-las publicamente e educar as outras sobre ação direta e manter conexões e portas abertas para novos membros.

BÁSICO SOBRE SEGURANÇA NA INTERNET

Lembretes gerais:

- Não há um jeito seguro de usar a internet, mas existem formas mais seguras.
- Comunicação é mais segura face-a-face
- Se seu computador não opera com software livre, tenha certeza de que está sendo monitorado e que por lei a empresa responsável pode entregar seus dados ao governo.
- Quando mais as pessoas usarem medidas de segurança e criptografia, mais seguro será para todo mundo
- Comportamentos seguros na internet são mais importantes que qualquer programa.
- Tente usar um software livre: www.linuxmint.com

Senhas:

- Se uma pessoa pode ler, um computador pode quebrar facilmente.
- Não use palavras que existam, nomes, datas.
- No mínimo 20 caracteres.
- Experimente gerenciador de senhas: <http://keepass.info/>
- Mude a senha periodicamente
- Não use a mesma senha em sites corporativos e de baixa segurança

Conectando-se:

- Tudo em redes sociais pode ser filtrado pela polícia
- Não coloque NENHUMA informação pessoal: data de aniversário, cidade natal, etc.
- Esconda seu IP
- Não confirme presença em eventos e evite mapas sociais, linkando-se a outras pessoas.
- Não conecte diferentes partes da sua vida em um mesmo perfil.
- Remova GPS/EXIF/metadata de suas imagens.

Email:

- Use um e-mail seguro: www.mail.riseup.net

Criptografia:

- Para e-mails: www.getthunderbird.com e www.enigmail.net/documentation-quickstart.php
- Para arquivos: www.truecrypt.org

Navegador

- Tor ajuda a você esconder seu IP e não deixar rastros na internet: www.torproject.com

Sistema operacional

- Tails é um sistema operacional que pode funcionar a partir de um pendrive ou DVD.
<https://tails.boum.org/contribute/design/installation>

Se você mantiver informação perigosa fora de circulação e seguir medidas de segurança convenientes para cada projeto, você cumprirá o primeiro dever de uma revolucionária: não ser pega!

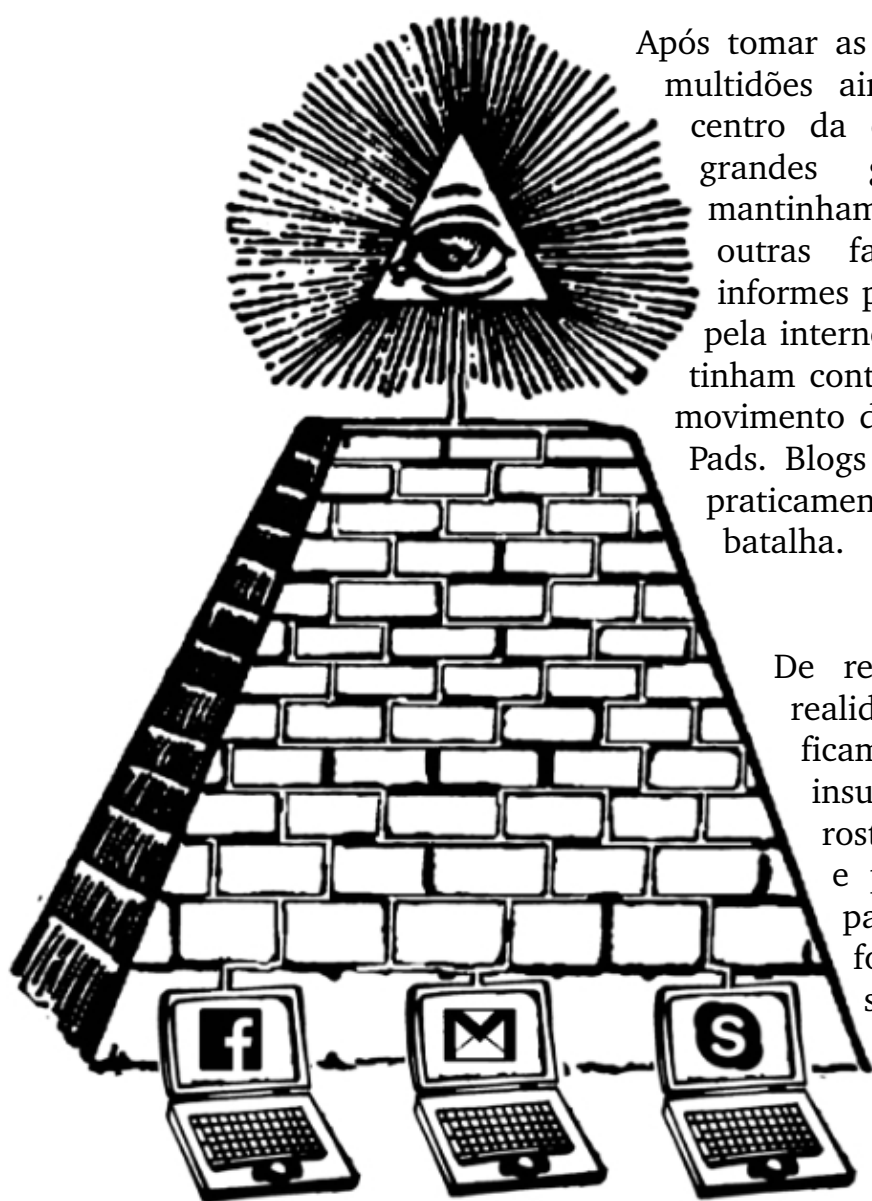
Boa sorte! E lembre-se: você não ouviu isso da gente!

Abandone as utopias digitais: ferramentas virtuais e os levantes sociais

“Qualquer analista, a qualquer tempo pode rastrear qualquer um, em qualquer lugar. (...) Se essas comunicações serão captadas, depende do alcance do sensor da rede e com quais autoridades um analista específico está trabalhando. Nem todos os analistas têm o poder de rastrear tudo. Mas eu, sentando à minha mesa, tinha as autorizações que poderiam grampear e rastrear qualquer um, desde você ou seu contador até um juiz federal ou quem sabe até o presidente, se eu tivesse o e-mail pessoal dele.”

Edward Snowden

em 2013, sobre a agência de segurança nacional norte-americana, NSA



Após tomar as ruas, desafiar décadas de ditadura, multidões ainda gritavam e marchavam até o centro da cidade. Ativistas em cada um dos grandes grupos de pessoas marchando mantinham contato por mensagens de celular, outras fazendo base recebiam relatos e informes para transmiti-los para toda a cidade, pela internet e para cada manifestante com que tinham contato. Grupos de afinidade vigiavam o movimento das tropas através de mapas em seus Pads. Blogs e páginas em redes sociais subiam praticamente ao vivo as cenas do campo de batalha.

De repente, num momento em que a realidade volta a ser mais dura, as linhas ficam mudas e toda a rede cai. Rebeldes e insurgentes olham para o reflexo de seus rostos na tela escura de seus smartphones e pads enquanto ouvem ao fundo os paços da tropa de choque e demais forças policiais que ainda conseguem se guiar por redes internas de antenas e transmissores de alta tecnologia. Manifestantes precisaram navegar às cegas contra um inimigo hiper-informado.

Tudo isso aconteceu, há alguns anos, quando o Presidente Mubarak derrubou as redes de celular e internet do Egito durante o levante de 2011. Daqui umas gerações, poderemos imaginar o mesmo acontecendo com a futura geração de rebeldes, uma cyber-burguesia, correndo cega e surda pela cidade, pedindo ajuda a moradores de rua, camelôs, prostitutas, e demais pessoas sem tantos privilégios, que conhecem a cidade para escapar em segurança.

Muitas pessoas ainda entendem os levantes que vem ocorrendo desde 2010, começando pela Primavera Árabe, como um produto das novas redes sociais. Mas ao mesmo tempo, elas podem ser uma reação ao isolamento, as desigualdades e disparidades que a era digital e o acesso a seus recursos reforçam. Notícias sobre o movimento Occupy no mundo todo se espalharam pela internet mas as pessoas que estavam lá foram levadas pela insatisfação com o contato meramente virtual, ou porque sendo pobre ou em situação de rua simplesmente não permite que você tenha acesso ao virtual.

As ruas foram o ponto de encontro para movimentos que utilizaram das redes digitais mas como o objetivo de se manter presentes e em contato pessoal. Se analisarmos a história dos maiores serviços em tecnologia e redes sociais, vemos que eles estiveram intimamente ligados a esses movimentos. O Indymedia, ou **Centro de Mídia Independente** (www.midiaindependente.org), criado no início dos anos 2000 por coletivos anarquistas em diversos países, foi um dos primeiros sites a ter a publicação aberta, onde qualquer pessoa podia subir um conteúdo, seja texto, fotos ou vídeos, com relatos ou análises do que estava acontecendo. Coincidentemente, as mesmas pessoas que escreveram seus códigos criaram também o Twitter, originalmente uma ferramenta para facilitar a comunicação instantânea entre manifestantes, sobre sua localização e o avanço da polícia.

Os levantes recentes foram impulsionados por ferramentas originalmente criadas por grupos e para movimentos que tinham o mesmo objetivo de ocupar as ruas e combater o Estado e o Capitalismo. Ou ao menos, apropriadas por corporações que usaram do conhecimento e dos resultados de suas experiências. No entanto, essas ferramentas já fazem parte e moldam grande parcela das relações e transações feitas no Capitalismo atual. Se usamos as ferramentas dos mestres para destruir seus castelos, devemos ter cautela redobrada. Se não manipulamos os códigos em sua base ou não protegemos as informações que transmitimos por lá.

“Você pega esse cara, pega com quem ele conversa, quem é próximo... Assim que a gente trabalha. Hoje é muito fácil para a gente, é tudo integrado.”

Wagner Giudice, *diretor do DEIC sobre o mapeamento feito através das redes sociais*

O fenômeno das redes sociais pode ter sido útil para chamar atos e divulgar a violência policial. Mas as corporações e as forças de repressão já saberão contornar a situação numa próxima vez. Não devemos ver redes sociais como *ferramentas de transformação social*, e sim como dispositivos de controle e monitoramento dos cidadãos. O Facebook já limita a atuação de movimentos sociais e o alcance ao público em suas redes. A polícia já consegue encontrar em questão de horas um jovem que posta uma foto com uma arma na internet. Dezenas de pessoas foram presas por administrar páginas de Black Blocs ou compartilhar mensagens ou conteúdos que incitavam a destruição da propriedade privada. Isso não é nada surpreendente. O que surpreende é a ingenuidade de quem achou que conseguiria fazer algo do tipo e escapar. Assim como aqueles que se envolvem em confrontos sem esconder sua identidade, roupas, cabelo, cor da pele ou tatuagens.

Antigamente (e eu digo, há menos de vinte anos atrás), um investigador que quisesse saber tudo sobre um suspeito ou de alguém que quer incriminar precisava segui-lo, descobrir onde

vive, que lugares frequenta, quais são seus hábitos, com quem convive e se relaciona. Assim como seus gostos, detalhes de sua rotina, planos para o futuro e detalhes sobre seu passado. Hoje em dia fazemos todo esse trabalho de levantar tudo o que pudermos sobre nós mesmos e publicar na internet para todo o mundo ver. Aprendemos a desejar estar conectados e compartilhando informação para que empresas as usem para lucrar, enquanto o governo as usa para estender seu controle sobre nós, nos tornando agentes de nossa própria repressão. Mas, se não temos o que esconder, não teremos o que temer – dirão algumas pessoas. Se você não tem algo a esconder, então provavelmente está muito contente com o atual estado das coisas, ou ao menos agindo como se estivesse. O problema é que o totalitarismo por trás de tamanha centralização de informações pessoais em níveis jamais atingidos poderá servir para incriminar até “quem não tem nada a esconder”. Não é preciso ser uma guerrilheira na clandestinidade para ser alvo de alguma repressão. Todas nós já devemos algum dinheiro, escapamos de alguma multa, mentimos ou sonegamos em algum momento. Se todos os nossos passos forem monitorados ou registrados em nos dispositivos e aparelhos cada vez mais presentes em nossas vidas, qualquer deslize, desentendimento ou indisposição poderá se transformar em alguma acusação com provas para nos incriminar ou chantagear. Dar isso de presente para aqueles no poder é confiar demais em pessoas que nunca deram um motivo para serem confiáveis.

Se alguns disseram já que a revolução não será televisionada, nos surpreendemos ao ver levantes e revoltas transmitidos por celulares para nossos computadores em casa. Mas sabemos que, se os sistemas que as transmitem são monopolizados por nossos mestres e inimigos, enquanto elas estiverem funcionando significa que ainda não atingimos o seu centro de poder. Assim, acreditamos que a revolução não será também transmitida por live-streaming, compartilhada, curtida ou opinada em blogs de jornalistas descolados. Ferramentas, assim como habilidades sociais, devem estar sob o controle e a serviço de cada indivíduo. E assim com nossa revolta, deve estar na rua e o mais offline possível. Sempre tivemos redes sociais, mas antes elas não serviam para vender anúncios personalizados.

“Estas capacidades poderiam, a qualquer momento, voltar-se contra a população e nenhum cidadão teria nenhuma privacidade restante, tamanha seria a capacidade de monitorar tudo: conversas telefônicas, telegramas, não importa.

Não haverá local para se esconder. Se este governo algum dia tornar-se uma tirania, se um ditador, algum dia, assumir o comando deste país, a capacidade tecnológica que a comunidade da inteligência deu ao governo poderá impor uma tirania total, e não haverá meios de lutar contra ela, pois o governo terá meios para descobrir o esforço mais cuidadoso para resistir a ele, não importa o quanto privadamente tenha sido pensado. Tamanha é a capacidade desta tecnologia...

Eu não quero nunca ver este país passar dos limites. Eu sei as possibilidades disponíveis para impor uma tirania total na América, e precisamos fazer com que esta agência e todas as que possuem esta tecnologia operem dentro da lei e sob supervisão adequada, de modo que nunca passem dos limites. Este é o abismo do qual não há retorno.”

Frank Church
senador norte-americano num pronunciamento em 1975
sobre os programas de coletas de dados que dariam origem ao PRISM, da NSA.

Não convidamos ninguém a simplesmente boicotar esses recursos, mas mudar o modo como abordamos e utilizamos suas ferramentas. Programadores e tecnocratas são hoje uma classe privilegiada e que concentra poderes semelhantes a emergente burguesia do séculos XIX. Confiar que as ferramentas monopolizadas e protegidas por seus conhecimentos e privilégios sociais serão a chave para nossa revolução é tão arriscado quanto foi achar que o poder do proletariado Bolchevique não produziria uma nova forma de totalitarismo. Liberdade na internet, assim como qualquer liberdade, é incompatível com a vida no Capitalismo. Se utilizarmos dessas ferramentas e nos aliarmos à pessoas que compreendem sua natureza e seus usos, que seja para destruir as classes e os privilégios envolvidos em toda forma de conhecimento especializado, assim como faremos com todas as outras ferramentas. Mas para isso, assim como abandonamos a utopia do trabalho, das fábricas, da tecnologia, das ciências, das escolas, do consumo e da sustentabilidade, devemos abandonar o quanto antes a utopia digital.



**HACKEAR
&
DESTRUIR**

Revolução demanda e cria um novo tipo de pessoa, que age e se desenvolve fora da massa. Não siga ou busque seguidoras – encontre suas semelhantes. Não busque por números – tente multiplicar a si mesma.





“É lá que queremos chegar!”



“

Devemos nos apropriar da violência enquanto auto-defesa e resposta a uma violência anterior imposta pelo Capitalismo, assim como devemos nos apropriar das linguagens necessárias para compreendê-las. O que o Império faz não é nem nunca foi vandalismo. O Estado, o Capital e suas polícias compõem o Império e sua violência serve para conservar e manter o poder imperial. Nós somos os inimigos desse poder. Nós somos os vândalos e queremos a cabeça de César!

Facção Fictícia | outono de 2014

trazido a esse mundo por nossos agentes através do plágio, do roubo, da apropriação indébita, da mentira e da calúnia, reveando turnos entre as barricadas nas ruas e as dentro de casa. pode ser encontrado na íntegra (e muito mais) no site:

faccaoficticia.noblogs.org

